



nº 41.outubro.2023

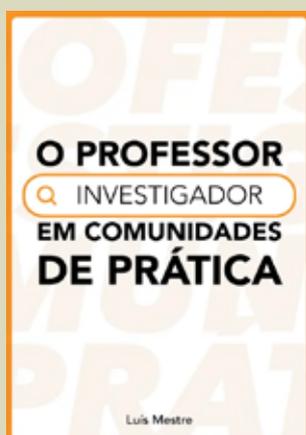


SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA . SPGL

Digital



Leituras



Luís Mestre

O professor investigador em comunidades de prática

Ed. Autor, 2023

O presente livro decorre de um trabalho de doutoramento iniciado em 2011 e defendido publicamente no decorrer de 2022⁽¹⁾, no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e sob a orientação da professora doutora Ana Paula Caetano.

O principal objetivo centrou-se na compreensão de como é que a escrita profissional se integrou num projeto de formação pela investigação e constituiu uma experiência significativa para o desenvolvimento profissional de seis professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no âmbito de uma comunidade de prática, já estabelecida, o Movimento da Escola Moderna. Para tal, em termos metodológicos, a investigação organizou-se na forma de um estudo de caso único, do tipo ramificado, sendo o caso um projeto de investigação-formação com a duração de dois anos letivos, tendo como subcasos os seis professores e o seu processo formativo.

Para além das entrevistas semidiretivas individuais e de *Focus Group*, foram analisados os diários profissionais e os ensaios produzidos pelos participantes.

Os dados sugerem que o projeto de investigação-formação refletiu as características de uma investigação de prática, ressaltando-se a sua intencionalidade, sistematicidade e carácter público, em prol da melhoria das práticas, da produção de conhecimento e da sua divulgação. A produção da escrita na forma de diários e ensaios, apoiada de forma cooperada e dialógica pelos pares, e aprofundada por uma utilização crítica da teoria, contribuiu para uma maior reflexão da prática e uma construção de conhecimento mais sustentada. Os resultados apontam, deste modo, para que o projeto de investigação-formação se constituiu como uma real experiência de desenvolvimento profissional dos professores e permitem discutir de forma detalhada os processos que terão favorecido esse desenvolvimento, trazendo contributos relevantes para a formação contínua de professores, enquanto campo de conhecimento e de ação.

O livro é uma edição de autor, com o prefácio do professor Rui Trindade.■

⁽¹⁾ Mestre, L. (2022). *Escrita e desenvolvimento profissional dos professores numa comunidade de prática. Estudo de caso de um programa de Investigação-formação no Movimento da Escola Moderna* (Tese de Doutoramento, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa).

Luís Mestre

Autor:

Sócio do SPGL, Luís Mestre é professor do 1.º CEB, integra o Movimento da Escola Moderna, onde participa ativamente na investigação e no trabalho de desenvolvimento pedagógico em cooperação. É mestre e doutor em Educação na especialidade de Formação de Professores e Supervisão, pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. É Palestrante e Formador de professores em práticas de diferenciação pedagógica, comunidades de aprendizagem e modelos pedagógicos de cariz sociocultural. Atualmente é professor adjunto convidado na Escola Superior de Educação de Lisboa, assumindo o cargo de supervisor generalista da Prática de Ensino Supervisionada nos cursos de Mestrado em Ensino do 1.º e 2.º CEB. É autor de vários artigos relacionados com a diferenciação pedagógica, a gestão cooperada do currículo e a escrita profissional de professores investigadores da sua prática.

Nº41

OUTUBRO
2023

SUMÁRIO



2. Sugestões

4. Editorial

5. Dossier. Recuperação de aprendizagens

6. Recuperação de aprendizagens: utopia ou realidade?

8. Da recuperação das aprendizagens à perspetiva farisaica do ME

9. Experiência de três anos letivos num Mega-Agrupamento

12. Plano 23|24 Escola+ ou uma mão cheia de nada

13. Saúde mental e desenvolvimento social:

as maiores faturas pagas pelos alunos com NE após a pandemia

14. Inclusão em contexto escolar de diversidades: desafio transversal

15. A recuperação das aprendizagens dos nossos alunos exige medidas de emergência

16. Cidadania

16. 25 de Abril e SPGL - 50 anos - Uma dupla celebração

17. A voz a quem entra - À conversa com Inês Costa

18. Escola/Professores

18. Modelo de certificação do tempo de serviço docente em creche

18. Ação de vocalização da luta dos professores

19. MCTES: Falta grave ao diálogo social

20. Ninguém Emprega os Investigadores

21. 5.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação

22. Semana Europeia dos Professores

23. Participar ativamente na construção do saber

25. A nossa metodologia é maravilhosa. E é preciso estar sempre a melhorar

27. Escola Pública afetada pela crise na habitação

28. Professores pela Paz, contra a Guerra!

29. Manifestação Vida Justa

29. Jornada de luta promovida pelo MURPI

30. As condições e horários de trabalho - Uma reflexão que continua necessária. Uma exigência que continua prioritária

32. Greve Nacional da Administração Pública

34. Opinião

Educar para a Paz

35. Internacional

1.º Congresso da CPLP-SE

36. Aos Sócios

40. Consultório Jurídico

Proteção da deficiência visual do pessoal docente

SPGL
TANTOS ANOS
TANTOS ANOS
COMO ABRIL

50
ANOS
1974.2024
SPGL



sindicaliza-te



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . **Chefe de Redação:** Manuel Guerra . **Conselho de Redação:** Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Graça Sousa, Tiago Dias, António Avelãs, Sara Covas . **Composição:** Fátima Caria . **Jornalistas:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** DIP/Foto de Henrique Borges . **Fotografia:** Joana Rodrigues . **Revisão:** Lígia Calapez . **Edição e Propriedade:** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . **NIPC:** 501057528 **Periodicidade:** Mensal . **Depósito legal:** 9157/85 . **ICS:** 109893.



José Feliciano Costa

DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

A justa luta dos docentes está para continuar

No dia 6 de outubro, o último dia da Semana Europeia dos Professores, foi dada uma grande resposta à forma como este primeiro-ministro e o seu governo têm confrontado os professores. Muitas escolas sem aulas, cerca de 90%, e níveis de adesão à greve dos professores e educadores superiores a 80%.

A semana começou no dia 2 de outubro, com o ME a apresentar uma proposta que não honra a tradição da formação inicial de professores em Portugal, tal como foi referido pela FENPROF logo na reunião.

De facto, nunca reconhecendo que a atratividade da profissão se obtém pela melhoria e pela valorização das condições de trabalho docente, o ME tenta dar resposta rápida à falta de professores, promovendo o facilitismo no acesso a estes cursos. Desvaloriza, também, o papel do professor cooperante/orientador de estágio, promovendo equiparações administrativas, através de relatórios que substituem a prática de ensino supervisionada. A proposta reduz, ainda, as margens de autonomia das Instituições de Ensino Superior que ministram estes cursos via ensino, ou seja, é uma oportunidade perdida de fazer uma reforma de fundo na estrutura dos cursos de formação inicial de professores.

Foi também nesta semana que o primeiro-ministro repetiu ao país que o seu governo não pretende devolver aos professores os 2393 dias de serviço - 6A 6M 23D - que lhes continuam a ser roubados na carreira. António Costa utilizou, uma vez mais, o argumento falacioso da comparação com as outras carreiras da Administração Pública. Comparou mesmo os custos dessa recuperação, desta vez não com as obras do IP3, mas com a redução do IRS.

No dia 3 de outubro, após plenário que juntou centenas de professores junto à sua residência oficial, o primeiro-ministro recusou receber, por falta de agenda, uma delegação das estruturas que compõem a plataforma sindical. Esta delegação pretendia entregar uma moção, aprovada no plenário, a qual acabou por ser receciona-

da na portaria uma vez que ninguém do gabinete do PM estava disponível para a receber.

Ainda nesta semana e na véspera do Dia Internacional do Professor, o grupo parlamentar do PS chumbou todas as iniciativas parlamentares apresentadas, as quais visavam a valorização da profissão docente, nomeadamente a recuperação de tempo de serviço, o combate à precariedade, entre outras.

A somar a tudo isto, o silêncio do ministro da Educação e a provocação do ministro das Finanças, tentando, à semelhança de outros, colocar a opinião pública contra os professores. Fê-lo, afirmando em entrevista a uma rádio, que não cede a grupos profissionais só porque têm organizações com forte poder vocal.

Nessa entrevista, o ministro das Finanças justificava o injustificável, ou seja, as opções políticas de uma proposta de OE2024 que não contempla as verbas indispensáveis para a inadiável valorização da profissão docente. A proposta, para além da insuficiente atualização salarial, nada tem que permita recuperar os milhares de docentes que abandonaram a profissão.

Este OE2024 para a Educação limita-se a garantir os serviços mínimos, o PIB destinado ao setor volta a cair para os 2,9% e, mesmo juntando toda a despesa prevista, da Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior, não se atingirão os 4,3% do PIB.

A luta tem de continuar e daí a importância de manter e reforçar a participação nas greves em curso, designadamente ao sobretrabalho, às horas extraordinárias e à componente não letiva de estabelecimento.

No dia 13 de novembro, quando o ministro da Educação estiver na Assembleia da República a defender esta proposta de orçamento de Estado, os professores e educadores terão de estar aí concentrados, manifestando o seu desagrado e dizendo que não desistirão de alcançar os seus justos objetivos reivindicativos.

O que acontecer a seguir é decidido nas escolas, junto dos professores, com a certeza de que a justa luta dos docentes está para continuar. ■



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO DIGITAL Nº 41 OUTUBRO 2023

Recuperação de aprendizagens

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80-B/2023 de 18 de julho prorrogou o mandato da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar e aprovou o Plano 23|24 Escola+, que corresponde a uma reedição do plano inicial, em vigor entre 2021 e 2023, e que visa a recuperação de aprendizagens não adquiridas devido ao impacto da pandemia provocada pela Covid-19.

Porém, as escolas veem-se impossibilitadas de cumprir o Plano, devido à falta de recursos humanos e materiais. Uma das medidas tomadas neste ano lectivo foi retirar horas ao crédito global das Escolas, que tinham sido justificadas em anos anteriores pela necessidade de recuperação das aprendizagens. Que medida mais farisaica poderia o ME tomar neste anúncio de um novo plano?■

Recuperação de aprendizagens: utopia ou realidade?

▪ **Cátia Domingues**

| Vice-Presidente do SPGL |

No dia 26 de setembro de 2023 realizou-se, na Assembleia da República, pela Comissão de Educação e Ciência, através do Grupo de Trabalho Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens, uma conferência sobre o tema. A FENPROF fez-se representar pela sua Presidente do Conselho Nacional, Manuela Mendonça, e por mim, enquanto Coordenadora Nacional do 1.º CEB. Tendo a pandemia evidenciado e agudizado profundas desigualdades sociais e educativas, este era o momento para repensar o projeto educativo de forma a acabar com as desigualdades. Este programa não foi mais que um cardápio de projetos e ativi-

Este programa não foi mais que um cardápio de projetos e atividades, para o qual não foram clarificadas as prioridades, e revelou uma total falta de afetação de recursos, humanos e financeiros, para levar avante tal plano.

dades, para o qual não foram clarificadas as prioridades, e revelou uma total falta de afetação de recursos, humanos e financeiros, para levar avante tal plano.

A FENPROF, a 2 de maio deste ano, já se tinha pronunciado sobre este programa, a pedido desta comissão, alertando para alguns dos problemas detetados:

“Uma das lições da pandemia é um maior reconhecimento social do papel insubstituível da escola e dos professores. Hoje é claro que o digital é um importante recurso ao serviço da pedagogia, mas não poderá substituí-la – a presença e interação física de alunos e professores é basilar e decisiva no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, tornam-se ainda mais prementes medidas há muito reivindicadas pela FENPROF: Turmas mais pequenas para um ensino personalizado; Mais professores para trabalho de coadjuvação; Mais apoios pedagógicos para alunos com necessidades educativas especiais; Horários que permitam aos professores canalizar o seu tempo e a sua energia para o trabalho com os alunos, libertando-os de tarefas burocráticas; Reforço de equipas multidisciplinares (com psicólogos, técnicos de serviço social e animadores socioculturais, entre outros) para despistar e agir sobre comportamentos nocivos a um desenvolvimento global saudável, para assegurar a ligação escola-família, mediar conflitos, prevenir a indisciplina, um dos fatores responsáveis pelo baixo rendimento escolar dos alunos.”

O Tribunal de Contas, no RELATÓRIO N.º 10 /2023-AUDIT, “Plano Integrado para a Recuperação das Aprendizagens 21|23 Escola+, Reforço de recursos e gestão flexível, mas existem fragilidades que afetam a execução com eficácia”, alerta para a existência de “insuficiências na definição do Plano 21|23, como prioridades pouco claras, insuficiente afetação de recursos, excessivo número de ações e inexistência de metas e de indicadores para efeitos de monitorização e avaliação”. Foram também sinalizados “aspectos críticos” da monitorização e avaliação do Plano 21|23, relacionados com o diagnóstico e a avaliação, associados “à inexistência de um sistema de recolha de informação para aferir e comparar resultados antes e após a implementação das ações, com validade e fiabilidade, não permitem saber se e quando serão recuperadas as aprendizagens mais comprometidas”. Em resumo conclui que “os recursos das escolas foram reforçados, mas face às fragilidades relacionadas com a informação financeira e com a monitorização e avaliação, no segundo e último ano de vigência do Plano 21|23, ainda não estão reunidas condições para a sua execução com eficácia”.

Também o CE (Conselho de Escolas), a 17 de julho, faz uma recomendação sobre o plano de recuperação de aprendizagens Plano 23|24 Escola+, alertando que “não são claras quais as condições criadas para o desenvolvimento do Plano”. O CE, concordando com a necessidade da sua

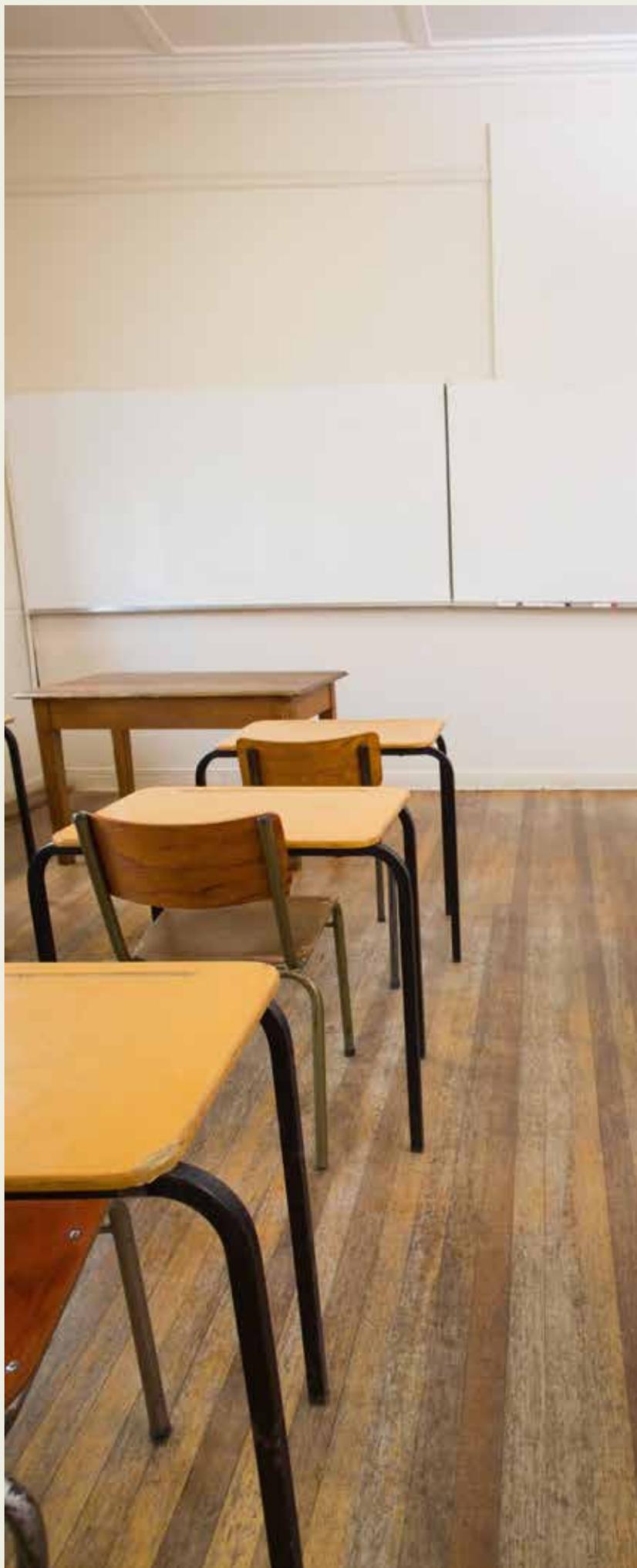
**Pelos vistos
a realidade ficou
muito aquém daquilo
que era suposto.
Será a recuperação
de aprendizagens:
utopia ou realidade?**

prorrogação, reforça a necessidade de acautelar o reforço extraordinário de docentes, o reforço dos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, o reforço das equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva. Alerta, no entanto, como fundamental, o reforço de um acréscimo das horas de crédito ao dispor dos Agrupamentos de Escolas, que, como sabemos, não se verificou, retrocedendo ao crédito disponível pré-pandemia. Esta medida põe em causa a recuperação das aprendizagens em curso, os planos de inovação, as estratégias de inclusão desenvolvidas, bem como as medidas de promoção do sucesso educativo concebidas pelas escolas.

A escola pública necessita de medidas de fundo e não de medidas avulsas, com financiamento comunitário e não com um investimento, em linha com as recomendações internacionais, de 6% do PIB, que mais uma vez ficou aquém na nova proposta de Orçamento do Estado.

Como Manuela Mendonça lembrou nesta Comissão de Educação, através das palavras de António Guterres, na ONU, *“Temos uma oportunidade geracional para redesenhar a educação.(...) Devemos tomar medidas ousadas agora, para criar sistemas educativos inclusivos, resilientes e de qualidade, adequados para o futuro.”*

Pelos vistos a realidade ficou muito aquém daquilo que era suposto. Será a recuperação de aprendizagens: utopia ou realidade? ■



Da recuperação das aprendizagens à perspetiva farisaica do ME

▪ António Anes

| Vice-Presidente do SPGL |

Na última reunião intersectorial do SPGL, realizada em setembro, o tema em debate foi a recuperação das aprendizagens relacionadas com a pandemia. Ainda? Perguntarão muitos. Na verdade, a escolha do tema derivou do anúncio do ME de prolongar o Plano Escolar + 21/23. A esse propósito importa, uma vez mais, destacar o papel que os professores tiveram durante a pandemia de forma a minimizar as fragilidades que o ensino à distância revestiu. Não fossem eles com a sua dedicação e adaptação, estaríamos, sim, a tratar de um fosso irremediável de recuperação das aprendizagens dos alunos em Portugal. Os professores adaptaram-se a essa realidade pandémica e arranjaram estratégias úteis de recuperação, que definiram para as suas turmas e os seus alunos, independentemente de planos miraculosos e de mero pendor propagandístico. Defendi e defendo que a recuperação de aprendizagens, sejam as derivadas da pandemia sejam quaisquer outras, deve ser realizada pelos professores e tanto quanto possível dentro das suas turmas. Os planos devem prever meios e criar as melhores condições para melhorar a sua eficácia. Interessa, pois, recordar o que os ditos planos deveriam proporcionar: turmas mais pequenas, mais professores para coadjuvação,

mais apoio pedagógico para alunos com necessidades educativas especiais, horários de professores que disponibilizem tempo e energia para o trabalho com os alunos libertando-os de tarefas burocráticas, reforço de equipas multidisciplinares (com psicólogos, técnicos de serviço social, animadores socioculturais, entre outros). Mas não foi isso que aconteceu na larga maioria das escolas/agrupamentos de escolas. Da análise de um questionário que a FENPROF fez a AE/ENA para avaliar o Plano Escolar + 21/23, resultam claras evidências que demonstram essa falta de condições. Exemplifiquemos: do total da amostra, a esmagadora maioria, 89%, referiu não ter tido reforço de crédito horário, nem de pessoal docente, relativamente ao ano anterior; 82% referiram a importância de turmas mais pequenas para um ensino personalizado; 70%, indicaram a necessidade de mais professores para trabalho de coadjuvação; 52% reclamaram mais apoios pedagógicos para alunos com necessidades educativas especiais; 70% defenderam horários pedagogicamente adequados; 69% consideraram necessário um maior reforço das equipas multidisciplinares.

Servem estes exemplos para ilustrar o quanto o ME ficou por fazer neste domínio. E não vale a pena propagandear o sucesso deste ou qualquer outro plano, se estas condições e limitações ficarem por resolver. Aliás, a este propósito,

Uma das medidas tomadas neste ano letivo foi retirar horas ao crédito global das Escolas, que tinham sido justificadas em anos anteriores pela necessidade de recuperação das aprendizagens. Que medida mais farisaica poderia o ME tomar neste anúncio de um novo plano?

o ME anuncia o prolongamento deste plano com novo Plano 23|24 Escola+. Vislumbra-se que corrigirá estas dificuldades sentidas pelas Escolas? Não. Antes pelo contrário. Uma das medidas tomadas neste ano letivo foi retirar horas ao crédito global das Escolas, que tinham sido justificadas em anos anteriores pela necessidade de recuperação das aprendizagens. **Que medida mais farisaica poderia o ME tomar neste anúncio de um novo plano?**

Enfim, não nos iludamos. Ou o ME altera este comportamento hipócrita no anúncio de novos planos e cria as condições efetivas para o seu sucesso, ou continuará neste exercício ilusionista, que poderá ser eficaz como propaganda política, mas totalmente inoperante na recuperação das aprendizagens. Restará o empenho dos docentes, com os seus alunos, nas suas turmas, para o real sucesso dessa recuperação. ■

Experiência de três anos letivos num Mega-Agrupamento

▪ Paulo Macedo

| Diretor do AE Templários, Tomar |



Para falar do Plano 21/23 Escola+, Plano de Recuperação de Aprendizagens, que começou em 2021/2022, aprovada pelo Governo através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, de 20 de julho, vou dar conta de uma experiência de três anos letivos num mega-agrupamento.

Esse mega-agrupamento, em Tomar, Agrupamento de Escolas Templários (AET), é constituído por 17 estabelecimentos de ensino, espalhados por 7 das 11 freguesias existentes no concelho, com alunos do pré-escolar ao secundário regular e profissional,

com EFA secundário e 11 turmas do PLA (Português Língua de Acolhimento) e Centro Qualifica. O Plano de Recuperação de Aprendizagens foi composto por 3 eixos:

- 1 - Ensinar e Aprender;
- 2 - Apoiar as Comunidades Educativas;
- 3 - Conhecer e Avaliar.

O **1.º eixo** com 7 domínios: 1)+Leitura e Escrita, 2) +Autonomia Curricular, 3) +Recursos Educativos, 4) +Família, 5) +Avaliação e Diagnóstico, 6) +Inclusão e Bem-Estar e o 7) + Território. Este 1.º eixo possui 37 ações específicas.

Neste primeiro eixo, e no primeiro domínio (+Leitura e Escrita),

as dificuldades resultaram da existirem 7 bibliotecas escolares e de só termos, na altura, 1 professora bibliotecária. Porque a Portaria n.º 192-A/2015 de 29 de junho só atribui 3 professores bibliotecários a partir dos 2200 alunos.

Ainda neste primeiro eixo, no 3.º domínio, +Recursos Educativos, na ação específica “Recuperar com Artes e Humanidades”, ao termos sido escola piloto do Plano Nacional das Artes (PNA) desde 2019 e continuarmos no Plano Nacional das Artes, com o seu Projeto Cultural de Escola e desenvolvendo as suas semanas culturais, estando a preparar para 2023/2024 as suas 8.ª e 9.ª



Um Plano que foi preparado para dois anos (2021/2022 e 2022/2023) e é prorrogado por mais um ano (2023/2024), mas já com cortes no crédito horário, e se diz que é elaborado com medidas de médio e longo prazo, só se pode concluir que a sua planificação foi pouco preparada.

semanas culturais, não contamos com apoio efetivo de recursos humanos nesta área tão importante. Mesmo existindo uma Estratégia do Plano Nacional das Artes 2019-2024, onde estão envolvidos os Ministérios da Cultura e da Educação, o Artista Residente com que trabalhamos foi conseguido através do Plano de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário (do PNPSE) em vez de ser através do PNA.

Continuando neste primeiro eixo e no seu quinto domínio, “+Inclusão e Bem-Estar”, onde há 8 ações específicas do domínio, e falando em 3 das 8 ações específicas.

Na ação “Programa para Competências Sociais e Emocionais” o AET, através do seu Plano de Desenvolvimento Pessoal Social e Comunitário (PDPSC), possui a Medida 2, “Sei estar, Sei ser”, sobre o Desenvolvimento socioemocional, do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) e desenvolve-a desde 2020/2021.

Em relação a outra ação, ainda neste 5º domínio, do 1º eixo, “Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário (PDPSC)”, o AET, após a publicação do Edital para a candidatura ao Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) em julho de 2021, elaborou o seu Plano PDPSC com 3 medidas e agora atualizou para 4 medidas: Medida 1 - Tu envolves-me, eu aprendo; Medida 2 – Sei Estar, Sei ser; Medida 3 – + Comunidade +Escola e Medida 4 - História de Tomar, Costumes e Tradições.

Ao falar desta ação, de referir que os constrangimentos são enormes. Ou seja, relativamente à ação “Português em Imersão”, o número de alunos de Português Língua Não Materna (PLNM) no

AET tem vindo a aumentar desde 2018/2019 (4 alunos), 2019/2020 (11 alunos), 2020/2021 (18 alunos), 2021/2022 (27 alunos), 2022/2023 (28 alunos) e neste momento para 2023/2024 (45 alunos). E aqui, com a enorme riqueza para os Agrupamentos que é a chegada, quase diária, de alunos provenientes de vários países do Mundo, há a necessidade de investimento para apetrechar as escolas de recursos para o melhor acolhimento de crianças e alunos, dos diferentes graus de ensino.

Passando ao 2.º eixo, com a designação, “Apoiar as Comunidades Educativas”, possui 4 domínios. No domínio “+Equipas Qualificadas” há 5 ações específicas. Logo na primeira ação, que é o “Reforço extraordinário de docentes”, este ano letivo 2023/2024 começámos com a diminuição do crédito horário, em que na fórmula em vez de 8x passou a ser 7x, o número de turmas, o que provocou um decréscimo de horas para apoio ao 1º Ciclo e para outros tipos de apoios.

(CH = 7 x número de turmas - 50 % do total de horas do artigo 79.º do ECD).



Apesar da publicação deste novo plano e um mês e meio depois do início das atividades letivas de 2023/2024, no AET, tal como nos outros agrupamentos escolares, vão continuar a existir muitas dificuldades na sua implementação, por falta dos recursos inerentes.

Ainda no 2.º eixo, no domínio “+ Ensino Profissional” há 2 ações específicas. Falando na segunda ação específica “Orientar”, no AET temos 2 Psicólogas, uma do quadro e outra desde 25/09/2017 que ainda não pertence ao quadro.

Considerações sobre “Resultados e Impacto das medidas implementadas nas várias áreas, Dificuldades e Desafios sentidos”: O Plano 21/23 Escola+ deve dar mais importância às Bibliotecas Escolares nos Agrupamentos, mais importância ao Plano Nacional das Artes, cuja Estratégia

Nacional termina em 2024, e ao Plano Nacional do Cinema.

Não possui nenhuma referência ao projeto *PES “Promoção e Educação para a Saúde”* nas Escolas.

É dada pouca importância à Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e à sua relação com a REEI (Rede de Escolas para a Educação Intercultural), tendo em conta os princípios e valores da educação intercultural, com a valorização da diversidade e com o sucesso escolar de todas as crianças e jovens do pré-escolar ao ensino secundário.

Em determinada altura, na página da Escola + 21/23, na parte da Monitorização e Avaliação da Eficácia e Eficiência, diz-se (e passo a citar): “De acordo com os seus Pressupostos, o Plano abrange medidas que, pela sua natureza, são de concretização a médio e a longo prazo.”

Um Plano que foi preparado para dois anos (2021/2022 e 2022/2023) e é prorrogado por mais um ano (2023/2024), mas já

com cortes no crédito horário, e se diz que é elaborado com medidas de médio e longo prazo, só se pode concluir que a sua planificação foi pouco preparada.

No passado dia 18 de outubro de 2023 foi disponibilizado um novo sítio online, o Plano 23|24 Escola+, onde são elencados os domínios e as ações específicas e onde se encontra um repositório de todos os recursos de apoio às escolas. Este Plano foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80-B/2023.

Este Plano 23|24 Escola+ disponibiliza às escolas, segundo informação da DGE (Direção-Geral de Educação), vinte e oito ações específicas que podem ser desenvolvidas no ano letivo de 2023/2024.

Apesar da publicação deste novo plano e um mês e meio depois do início das atividades letivas de 2023/2024, no AET, tal como nos outros agrupamentos escolares, vão continuar a existir muitas dificuldades na sua implementação, por falta dos recursos inerentes. ■

Plano 23|24 Escola+ ou uma mão cheia de nada

▪ Paula Rodrigues

| Dirigente Sindical, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário |

Dossier

Recuperação de aprendizagens

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 8 0 - B / 2 0 2 3 de 18 de julho prorrogou o mandato da Estrutura de Missão para a Promoção do Sucesso Escolar e aprovou o Plano 23|24 Escola+, que corresponde a uma reedição do plano inicial, em vigor entre 2021 e 2023, e que visa a recuperação de aprendizagens não adquiridas devido ao impacto da pandemia provocada pela Covid-19.

O Plano 23|24 Escola+ estruturou-se nos domínios da leitura e escrita, da autonomia curricular, dos recursos educativos, da família, da avaliação e diagnóstico, da inclusão e bem-estar e no apoio às comunidades educativas.

Porém, as escolas veem-se impossibilitadas de cumprir o Plano, devido à falta de recursos humanos e materiais, assim como à multiplicação de procedimentos, reuniões, projetos, planificações, preenchimento de documentos, que não acrescentam efetivamente qualidade ao processo de ensino-aprendizagem, antes pelo contrário, uma vez que esgotam tempo e trabalho dos professores, que deveriam ser direcionados para o trabalho com os alunos, em tarefas burocráticas.

Os programas das disciplinas e as metas das aprendizagens foram substituídos pelas aprendizagens essenciais e o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória (PASEO). E aos professores é solicitado que identifiquem as aprendizagens não realizadas nos anos anteriores, que definam estratégias de recuperação e, simultaneamente, cumpram o estipula-

do nesses documentos para o ano de escolaridade em que os alunos de encontram matriculados.

Contudo, as turmas continuam com um número demasiado elevado de alunos, podendo incluir vários alunos com necessidades educativas especiais, desde que, nos Relatórios Técnico-Pedagógicos dos mesmos, não esteja prevista a necessidade de redução de turma. Para agravar a situação, este ano, em muitas escolas as turmas contam com um número de alunos por turma superior ao legal, por orientação do Ministério da Educação.

Nos últimos anos, nas escolas dos ensinos básico e secundário, assiste-se a um aumento de alunos, maioritariamente provenientes de países estrangeiros, que necessitam de aulas de Português Língua Não Materna, apoios educativos e outros fundamentais para a sua plena integração. Estas crianças e jovens veem-se frequentemente confrontados com a falta de resposta das escolas por falta de recursos humanos.

As aprendizagens não realizadas durante a pandemia, a ausência de recursos e apoios, assim como o isolamento físico e social marcaram profundamente o desenvolvimento de muitos alunos, havendo, inclusive, a perceção por parte dos docentes do aumento do número de alunos com necessidade de apoio por parte da equipa da Educação Especial. Conforme proposto pelos sindicatos da FENPROF, urgia um forte reforço de equipas multidisciplinares. Porém, este reforço foi inexistente ou muito discreto, por falta de recursos humanos, que se estende aos psicólogos, terapeutas e assistentes operacionais.

Os professores continuam a ter horários desregulados, um elevado número de turmas, níveis e alunos, assim como um excesso de tarefas burocráticas, o que os impede de se dedicarem mais concretamente às necessidades de cada aluno. A falta de docentes em muitos grupos disciplinares está a conduzir à atribuição de horas extraordinárias aos professores no ativo, o que vai certamente sobrecarregar uma classe que já se encontra extremamente envelhecida e aumentar o seu cansaço, contribuindo para o seu “burnout” e para o aumento de baixas médicas.

Neste ano letivo, com a redução do crédito horário decretada pelo governo, foi praticamente impossível às direções das escolas gerir apoios pedagógicos acrescidos, apoios tutoriais específicos, desdobramento de disciplinas e outras medidas de reforço das aprendizagens, o que, logo à partida, condiciona ou inviabiliza o cumprimento do Plano de Recuperação.

Do ponto de vista material, o equipamento informático está obsoleto e a internet lenta ou inoperacional, pelo que os professores de muitas escolas não podem contar com recursos digitais nas suas aulas.

A realidade concreta das escolas mostra que os diversos planos de recuperação correspondem a um conjunto de intenções, que não se materializam por falta de recursos materiais e, sobretudo, humanos, nomeadamente a estrutural falta de docentes, resultante de anos consecutivos de desinvestimento na educação. ■

Saúde mental e desenvolvimento social: as maiores faturas pagas pelos alunos com NE após a pandemia

▪ Jorge Humberto Nogueira

| Dirigente Sindical, Educação Especial |

Na avaliação da Educação Especial, fica claro que o confinamento, as regras de distanciamento, o isolamento social e o medo, aumentaram os problemas de saúde mental de crianças e adolescentes, para além de afetar as aprendizagens. A UNICEF (2021) estima que mais de um em cada sete crianças e jovens, dos 10 aos 17 anos, sofre de problemas emocionais e que serão necessários muitos anos e investimento significativo para os resolver.

A mesma entidade refere que no caso dos alunos com perturbações no desenvolvimento, esse preço foi maior, dado que despoletou ou agravou muitas das situações de déficit de atenção com hiperatividade, ansiedade, autismo, transtorno bipolar, transtorno de conduta, depressão, transtornos alimentares, deficiência intelectual e esquizofrenia.

Um outro aspeto negativo é o défice de experiências de socialização, de acesso aos contextos naturais e a atividades sociais, bem como aos grupos de referência; fundamentais para uma construção da personalidade, identificação e desenvolvimento de capacidades, quer na escola, como fora dela, onde a pobreza e a língua materna, quando associados, agravaram mais as desigualdades gritantes que se verificaram.

No caso de crianças com deficiência intelectual, transtornos

de aprendizagem ou perturbações da comunicação e comportamento, tudo se agrava, devido a uma maior necessidade dessas vivências para o seu desenvolvimento. O isolamento, o acesso muito deficitário às aprendizagens e todo o afastamento promovido, não permitiram um crescimento adequado nessas áreas, no período etário ótimo para tal.

Mesmo no ensino a distância, os alunos com necessidades específicas não tinham autonomia, nem competências digitais para participar e as famílias não puderam compensar.

Na área da Inclusão e da Educação Especial o desenvolvimento da autonomia, da comunicação, da motricidade e da área socio emocional, constituem a maior fatura paga por estes alunos.

Para além de toda a aprendizagem em contexto perdida, que é a mais rica e eficaz, foram também postas em causa competências básicas comportamentais que predisõem para a aprendizagem, bem como a leitura, a escrita, a manipulação, a realização de atividades práticas e funcionais, ou o acesso ao lúdico.

Neste momento torna-se fundamental um reforço de meios e ações para implementar respostas de equidade, não só para o insucesso e défices na aprendizagem, mas também para o apoio psicossocial.

O Plano de Recuperação ficou muito aquém do necessário face ao diagnóstico traçado e o anúncio da sua continuidade é contra-

ditório com a diminuição de crédito horário e a dificuldade em dispor de AO, entre outros recursos necessários.

Não podemos ter um investimento remediativo pontual, mas sim uma aposta estrutural, continuada e consistente, em recursos e áreas como:

- Professores Especializados; Psicólogos; Terapeutas, Assistentes Sociais e Assistentes Operacionais, para reforçar os processos de inclusão e aprendizagem, de saúde mental e de competências na área social.

- Equipas multidisciplinares como o CRI, devem estar inseridas nas estruturas do ME e não ser contratualizadas externamente sem ligação às dinâmicas pedagógicas. Em vez de investir na inclusão em ambiente escolar, o Estado financia a exclusão.

- Equipas de Intervenção Precoce, fundamentais para o apoio nos primeiros anos de vida, mas que não dão resposta às solicitações, padecendo de falta de meios e recursos.

- Crédito horário reforçado para apoios, parcerias e coadjuvações, no âmbito das dificuldades de aprendizagem decorrentes da diversidade linguística e cultural, bem como constrangimentos sociofamiliares, económicos ou outros.

- Redução do número de alunos por turma e classes de um só ano, para permitir um trabalho mais individualizado e mais tempo de permanência em turma dos alunos com NE.■

Inclusão em contexto escolar de diversidades: desafio transversal

▪ Rute Maria Gaspar de Sousa

| Dirigente Sindical, Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias |

No decorrer da nossa experiência, enquanto professores, num determinado contexto escolar e tendo como referência o ensino privado, aprez-nos destacar que, no caso concreto, o estabelecimento escolar é frequentado, largamente, por alunos que pertencem a um estrato social que se qualifica como médio/alto, o que condiciona, também, as expectativas das famílias de acordo com o padrão da rede e do *habitus* a que pertencem. Não obstante, nos últimos anos, a escola tem implementado medidas que têm como prioridade a figuração da educação inclusiva, estando atenta às especificidades de cada indivíduo, com uma preocupação objetiva de dotá-lo de mecanismos que lhe permitam desenvolver competências, projetadas para o presente e para o futuro. Neste âmbito, constituiu-se um Gabinete de Psicologia para a Educação Inclusiva (GPEI) que apoia a atividade docente na operacionalização de medidas/ acomodações que têm como objetivo corresponder às necessidades de alunos que apresentam dificuldades e/ou bloqueios face a situações diversas de aprendizagem. O GPEI colabora, também, com a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, viabilizando o desenvolvimento de uma estratégia de intervenção focada nas dificuldades dos alunos referenciados, permitindo que estes possam desenvolver as aprendizagens essenciais, através da implementação de estratégias diferenciadas

que lhes asseguram a possibilidade de atingir conhecimentos definidos por normativos, embora de modo diferente.

A inclusão responsável é, na nossa opinião, um processo que exige correspondência de toda a comunidade educativa. A inclusão não se impõe por normativos legislados e aprovados e deverá, acima de tudo, traduzir-se por uma atitude e/ou convicção. A inclusão obrigar-nos-á a olhar para o aluno e a perceber onde ele está e não onde consideramos que ele poderia estar. Neste âmbito, a inclusão pressupõe uma aprendizagem social em interação com o meio, traduzindo-se num fenómeno social. No contexto do ensino privado, apesar de não se verificarem casos significativos de abandono escolar, de delinquência juvenil, de violência ou de desregulação parental, há algo que é transversal e comum a todos os alunos, o contexto familiar. As alterações nos estilos de vida que obrigam à permanência dos alunos, por muitas horas, nas escolas, tornaram-se uma evidência que não deverá ser descurada. Esta situação poderia ser mitigada, talvez, se os horários de trabalho fossem desfasados, se o teletrabalho fosse institucionalizado e regulado, de modo intermitente, com o trabalho presencial, se houvesse uma rede de instalações e/ou espaços de apoio, exteriores à escola, onde os alunos pudessem dar continuidade ao seu dia, fora da escola e que não obrigassem à presença, quase permanente, de professores que, na atualidade, não existem em número suficiente para o exercício da multiplicidade de fun-

ções que excedem, em muito, o seu horário letivo e os conduzem ao esgotamento físico e social.

As desigualdades e ou/ assimetrias económicas, sociais e culturais promovem, previsivelmente, possibilidades e oportunidades diferentes, pois as famílias não são detentoras do mesmo tipo de recursos. Neste contexto, a resposta da escola deverá contemplar, sempre, a realidade na conceção dos projetos educativos, reguladores da sua atuação, não esquecendo que a exclusão, em espaço escolar, é a primeira etapa de exclusão social. O grande desafio é, então, que a qualificação seja acessível a todos para proporcionar a inclusão. A qualificação profissional, enquanto saber instrumental, permite a possibilidade de integração no mundo laboral e na conceção de um projeto de vida. Os resultados não deverão ser excessivamente valorizados em detrimento dos processos e não deveremos esquecer que a democracia impõe uma ética essencial, onde se evidencia o respeito pela diferença, a defesa dos direitos de todos os cidadãos, a equidade e a igualdade de oportunidades. Consideramos, neste sentido, que tem de haver uma articulação, real, entre a aprendizagem, as pessoas, as especificidades nacionais e as dinâmicas internacionais, onde imperem as abordagens mais integradas no que respeita à estruturação e organização dos conteúdos curriculares e que permitam dotar os alunos de instrumentos eficazes, tendo em vista o mercado de trabalho, as opções e as possibilidades. ■

A recuperação das aprendizagens dos nossos alunos exige medidas de emergência

▪ Sandra Lemos

| Dirigente Sindical, 1.º CEB |

O Plano de Recuperação das Aprendizagens, que ficou conhecido como Plano 21|23 Escola+, foi pensado para atenuar as consequências da pandemia da covid-19 nas aprendizagens, nos conhecimentos, nas capacidades e nas atitudes, bem como nas condições de bem-estar emocional e mental dos alunos. Foi assim apresentado um conjunto de medidas que, segundo a tutela, se alicerçavam em políticas educativas, com eficácia demonstrada, ao nível do reforço da autonomia das escolas e das estratégias educativas diferenciadas, dirigidas à promoção do sucesso escolar e ao combate às desigualdades através da educação.

Na realidade este plano colidiu numa série de obstáculos, o mais grave de todos, o decréscimo do número de professores a lecionar nas escolas. Nos últimos anos nada foi feito para atrair jovens para a profissão e, em relação aos que já se encontravam integrados, continuou o impedimento da progressão na carreira, quer devido ao regime de quotas na avaliação, quer com a imposição de vagas para a progressão a determinados escalões. Fragilizou-se o setor, com a velha desculpa economicista, com prejuízo de uma Escola Pública de qualidade, fomentadora de equidade e do desenvolvimento dos alunos. Deste plano também não fizeram

parte medidas imprescindíveis para a sua implementação, desde logo turmas mais pequenas para um ensino que se pretende mais individualizado, mais professores para trabalho de coadjuvação, reforço das equipas multidisciplinares (com psicólogos, técnicos e terapeutas), mais apoios pedagógicos para alunos com necessidades educativas especiais e horários pedagogicamente adequados, com mais tempo para os professores dedicarem aos seus alunos e livres de burocracias excessivas.

Importa recordar que o relatório referente à auditoria realizada pelo Tribunal de Contas ao Plano 21/23 Escola+, apesar de reconhecer o reforço de alguns recursos a ele associados, identifica um conjunto de insuficiências relacionadas com os objetivos, monitorização e financiamento. Menciona ainda prioridades pouco claras, insuficiente afetação de recursos, excessivo número de ações e inexistência de metas e de indicadores para efeitos de monitorização e avaliação.

Não obstante, o governo prolongou, por mais um ano, o plano de recuperação das aprendizagens, afirmando a vontade em reforçar as equipas multidisciplinares e os planos de desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Ora, se a principal crítica da comunidade educativa a este plano tem sido a insuficiente concessão de recursos para a implementação das medidas inicialmente anunciadas, sendo agora o crédito ho-

rário atribuído às escolas reduzido, o plano torna-se obviamente impraticável. **A opção pela dependência de financiamentos externos, em lugar da afetação de verbas do orçamento do Estado para o funcionamento das escolas, é uma opção política com claras consequências para a qualidade do ensino.**

Finalmente, para acentuar as dificuldades em implementar medidas que permitam a recuperação de aprendizagens, surge a questão das habilitações dos professores. A decisão do ministério em baixar a habilitação para o acesso à docência, procurando resolver o problema da falta de professores, não contribui para as necessidades das escolas que precisam de docentes cada vez mais habilitados, a nível científico e pedagógico.

Um sistema de ensino em constante degradação, sem reforço do investimento desde há vários anos, colocado em segundo plano, permite que Portugal seja um dos países menos alfabetizados da Europa. A recuperação das aprendizagens dos nossos alunos exige medidas de emergência para dotar a Escola Pública de quadros de professores, técnicos e outros profissionais que garantam a qualidade na educação e o desenvolvimento das crianças e jovens. Teremos de assumir o investimento na Escola Pública como a prioridade que há muito deixou de ser. ■

25 de Abril e SPGL - 50 anos Uma dupla celebração

Almerinda Bento
Dirigente Sindical

Passados 50 anos vamos celebrar o 25 de Abril, a Escola Pública e o nosso Sindicato. Tendo a consciência do muito que há a fazer, dos recuos que temos vivido, assim como dos desafios que se nos colocam.

Estamos a poucas semanas de um ano, em que as celebrações dos 50 anos do 25 de Abril serão uma constante. E bem. Tudo o que seja celebrar a democracia, a queda da mais velha ditadura, o fim do colonialismo e da guerra colonial, é bem-vindo. Para quem teve o privilégio de viver essa data radiosa e que contribuiu pela prática para que os ideais do 25 de Abril continuassem a aprofundar-se, essa celebração é cada vez mais necessária.

Num país profundamente atrasado, e em que o analfabetismo colocava Portugal entre os países com os piores indicadores na Europa, a consagração na Constituição de Abril de 1976 do direito ao Ensino para todos, em igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, constituiu uma verdadeira revolução, tendo a Escola Pública sido um dos pilares mais decisivos da construção do Portugal de Abril. As escolas passaram a ser espaços em que, para além da transmissão do conhecimento, se aprendeu a democracia e a participação. Derrubaram-se as barreiras que deixavam à porta da escola as crianças das classes desfavorecidas; derrubou-se a figura unipessoal e auto-

crática do director e experimentou-se a partilha das decisões através da gestão democrática; acabou-se com o monolitismo do livro único, supervisionado pela figura tutelar do ditador e do crucifixo em cada sala de aula. Houve discussão, houve confronto de ideias, era a democracia a funcionar. Não mais era admissível que se barrasse o nosso pensamento ou as nossas escolhas ideológicas pela assinatura de uma declaração de não ligação a actividades ou organizações que não fossem as do partido único.

Cinco dias depois da revolução do 25 de Abril surge o SPGL, nascido dos Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório de Lisboa. A criação do nosso sindicato, aspiração que já vinha desde 1969, resultou de um processo de reflexão e de organização, ainda no tempo da ditadura. A 28 de Abril de 1974 os Grupos de Estudo “publicam um primeiro comunicado saudando a revolução, disponibilizando-se para intervir no apoio à promoção de uma democratização da educação e reafirmando as reivindicações dos professores portugueses”⁽¹⁾. Milhares de professores vão encher o Pavilhão dos Desportos, na noite de 2 de Maio de 1974, numa assembleia

histórica da classe docente, que vai ser o início de um grande movimento: era preciso afastar os directores das escolas, recusar a recondução de Veiga Simão no governo provisório, discutir os problemas, encontrar soluções, organizar os professores nas escolas, eleger delegados sindicais, enfim, erguer um sindicato dos escombros duma ditadura de quase cinquenta anos.

Passados 50 anos vamos celebrar o 25 de Abril, a Escola Pública e o nosso Sindicato. Tendo a consciência do muito que há a fazer, dos recuos que temos vivido, assim como dos desafios que se nos colocam. Quando a democracia e a Escola Pública estão em risco, a classe docente mobiliza-se pela gestão democrática, contra a municipalização, pela valorização pedagógica e salarial, pela reposição do tempo roubado, pelo fim das quotas, dos bloqueios na carreira e da precariedade. Homenagear os 50 anos do 25 de Abril é lutar pela Democracia e pelos direitos da Constituição. Viva o 25 de Abril! Viva o SPGL!■

⁽¹⁾ Publicação do Departamento de Professores Aposentados do SPN – “Dos Grupos de Estudo à fundação da Federação Nacional dos Professores”

A voz a quem entra

À conversa com Inês Costa

Inês Costa começou a dar aulas com 21 anos e cedo sindicalizou-se. Hoje, dois anos depois e prestes a terminar a sua profissionalização, é delegada sindical na sua escola (EBS Ibn-Mucana, Cascais).

Sara Covas
Dirigente Sindical



Sara Covas: O que te fez ser professora? Ainda se pode falar em vocação?

Inês Costa: Poderia dizer que o sonho de ser professora surgiu na infância, que desde cedo idealizei encontrar-me numa sala de aula diante de uma turma. Contudo, não foi uma vontade que tivesse até ao meu 12.º ano, a poucos meses do fim da escolaridade obrigatória. Sempre nutri paixões por áreas muito diferentes, mas, ao longo do Ensino Secundário, houve uma que acabou por sobrepor-se a todas as outras: a literatura. Percebi que a palavra literária é, muito mais do que uma construção artística, uma verdadeira arma – uma arma contra a opressão, bem como de construção e difusão dos ideais que podem elevar uma sociedade. Compreendi também que todo este potencial transformador era ignorado, negligenciado, inclusivamente nas escolas. Nasceu, então, a vontade de fazer junto de outros o que sentia que faltava na escola que conheci enquanto aluna: ser, sobretudo, um ponto de encontro entre os jovens e a palavra; mostrar-lhes o poder de ler o pensamento de outros e de se formular um pensamento próprio; levá-los a descobrir que a literatura não é um conjunto de obras cuja leitura se exige na escola, mas sim uma das mais belas manifestações do que significa ser-se humano,

um meio de união, de fortalecimento do coletivo.

Quanto à vocação, julgo que a motivação inicial persiste. Todos os dias me deparo, tal como os meus colegas, com os problemas atualmente subjacentes à escola e à profissão. Se, por um lado, um certo desalento se instala, reforça-se igualmente o desejo de lutar pelo ideal em que acredito. Enquanto professores, encontramos-nos na base da formação de toda uma sociedade e, como tal, devemos dar seguimento à luta pelo que consideramos ser uma escola que verdadeiramente instrui e guia os jovens no caminho da construção do mundo.

S.C.: Para ti, qual a importância do Mestrado em Ensino?

I.C.: Considero a frequência de uma formação inicial de professores essencial e não tenho dúvidas quanto à sua importância. As questões que coloco relativamente ao Mestrado em Ensino prendem-se com a formação que é realmente oferecida. Como estudante do Mestrado em Ensino de Português, que me encontro a finalizar, julgo que são poucas as disciplinas de base teórica que de facto correspondem ao que seria expectável na formação de docentes. Por outro lado, à componente prática do Mestrado associam-se diversas problemáticas, como as desigualdades sentidas entre mestrandos, a falta de

uma sólida formação teórica e a ausência de remuneração pelo trabalho realizado nas escolas durante o estágio profissional. Creio que a desvalorização da profissão docente começa na própria formação inicial, que contribui para o agravamento do desinteresse pela carreira. É necessária uma real reestruturação dos Mestrados em Ensino, não só no sentido da formação dada, mas também no que respeita ao contributo pela atratividade da profissão docente.

S.C.: Para uma professora contratada, sem habilitação profissional, faz diferença ser sindicalizada?

I.C.: Como docente a terminar a profissionalização para ingresso na carreira, vejo a necessidade de existência de uma verdadeira união dos profissionais, sendo que a sindicalização é um dos meios mais profícuos de a atingir. A luta pela construção de uma carreira com condições e de uma escola pública de qualidade tem sido longa e intensa, mas é necessário dar-lhe continuidade. Enquanto delegada sindical recém-eleita, desejo ser parte dessa continuidade e ajudar a unir colegas até hoje afastados da luta pela causa docente. Afigura-se-me essencial ser um dos muitos rostos de um sindicato que visa o bem-estar de todos os profissionais da educação, de forma a que se alcance finalmente o ensino que há tanto desejamos. ■

Modelo de certificação do tempo de serviço docente em creche

Durante vários anos o SPGL e a FENPROF lutaram pelo reconhecimento do tempo de serviço em creche como serviço docente, tendo desenvolvido várias iniciativas para esse efeito, nomeadamente reuniões com o Ministério da Educação, com os grupos parlamentares e ainda concentrações de educadores de infância junto às instalações daquele ministério. Foi devido à ação do SPGL e da FENPROF que, finalmente, o Ministério da Educação reconheceu o tempo de ser-



viço dos educadores de infância como serviço docente, no novo diploma de concursos (artigo 11.º, n.º 2 do Decreto – Lei n.º 32-A/2023).

Na sequência desta conquista e após insistência da FENPROF junto da DGAE, finalmente foi disponibilizada

a declaração do tempo de serviço docente em creche.

Informa-se ainda que a certificação do tempo de serviço docente no ensino particular e cooperativo e setor social tem como data limite, o dia 31 de dezembro de cada ano.■

Ação de vocalização da luta dos professores



No passado dia 23 de outubro, realizou-se a Ação de Vocalização da Luta dos Professores, junto ao Ministério das Finanças, em Lisboa, com a participação de vários ativistas, delegados e dirigentes sindicais da FENPROF, incluindo do SPGL. Durante a iniciativa foi ainda distribuída uma in-

formação à população (em português, espanhol, inglês e francês) sobre os motivos desta ação.

O ministro das Finanças, uma vez mais, tentando colocar os portugueses contra os professores, afirmou que, entre a recuperação do tempo de serviço dos professores e a baixa do IRS, a opção do governo foi pela se-

gunda hipótese. Já antes, em 2018, o Primeiro-ministro afirmara que, entre a justa recuperação do tempo de serviço e a requalificação do IP3, optava pelas obras naquela via... Para além da tentativa de colocar a opinião pública contra os professores, o ministro das Finanças decidiu manter o clima de provocação e confronto, afirmando, ainda, que não cede a grupos profissionais só porque têm organizações com forte poder vocal.

Exigindo respeito, os sindicatos da FENPROF levaram as vozes e as palavras de ordem dos professores em luta, durante quatro horas, até ao Ministério das Finanças. Uma delegação da FENPROF entregou ainda à chefe de gabinete e à assessora para a área da Educação do Ministério das Finanças a posição da FENPROF sobre a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2024, bem como a proposta para a recuperação do tempo de serviço, entregue ao ME a 1 de setembro.■



MCTES: Falta grave ao diálogo social

Tiago Miguel Dias
Coordenador do DESI do SPGL

No discurso de tomada de posse do XXIII Governo Constitucional, em 30 de março de 2022, António Costa prometeu ao país “*uma maioria de diálogo, diálogo parlamentar, político e social*” e clarificou que, no seu entender, a maioria absoluta conseguida pelo PS nas eleições legislativas de janeiro “*não significa poder absoluto*” mas, pelo contrário, “*corresponde a uma responsabilidade absoluta para quem governa, ausência de álibis e desculpas.*”

O pedido da ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), Elvira Fortunato, para uma primeira reunião de trabalho entre a sua equipa ministerial e a FENPROF em 26 de abril seguinte, apenas 27 dias após a sua tomada de posse, parecia indicar uma genuína vontade da MCTES em honrar esses compromissos. Contudo, rapidamente se ficou a perceber que chegar ao diálogo com a MCTES e conseguir verdadeira negociação sindical seriam tarefas muito difíceis.

Foram precisos quase sete meses para estabelecer um protocolo negocial para a legislatura entre a FENPROF e a MCTES com vista à resolução dos proble-

mas que afetam o ensino superior e a ciência em Portugal, pese embora a FENPROF tenha suscitado a relevância e urgência nesta questão logo na reunião de 26 abril de 2022 e entregue a sua proposta na reunião agendada pela MCTES para 14 de outubro seguinte. Ainda assim, e apesar desse protocolo estabelecer um calendário para a negociação dos oito pontos previstos - a saber:

- 1) Regular o regime do pessoal docente e de investigação do ensino superior privado;
- 2) Atualizar o Estatuto de Carreira de Investigação Científica;
- 3) Consagrar um mecanismo de apoio à abertura de procedimentos concursais para categoria da carreira de investigação científica ou da carreira de docente do ensino superior;
- 4) Atualização do regime jurídico da agregação;
- 5) Rever o modelo de financiamento das instituições de ensino superior;
- 6) Proceder à avaliação do regime jurídico das instituições de ensino superior;
- 7) Proceder à atualização dos estatutos de carreira docente do ensino superior politécnico e universitário; e
- 8) Atuar no sentido de aumentar as taxas de aprovação em concursos para projetos de investigação e desenvolvimento;

- até ao momento só o ponto quatro foi alvo de negociação sindical com a FENPROF, não obstante o prazo acordado com a MCTES para a negociação dos primeiros cinco pontos do protocolo ter já expirado em julho de 2023. As únicas (poucas) reuniões tidas com a equipa ministerial em 2023 destinaram-se somente à discussão do programa FCT-Tenure que, para além de nunca ter sido verdadeiramente objeto de negociação sindical, a FENPROF e o SPGL entendem que não constitui resposta alguma para as matérias previstas no protocolo, dada a sua delimitação generalista e expectável grau de eficácia. De notar ainda que estas reuniões só ocorreram após muita insistência da FENPROF ou na sequência de ações de protesto promovidas pela FENPROF e SPGL, de que é exemplo a grande manifestação de maio de 2023 contra a precariedade na ciência.

Por tudo isto, em 28 de junho de 2023, a FENPROF/SPGL apresentaram formalmente o seu protesto à MCTES pelo incumprimento do protocolo negocial e reivindicaram a importância e urgência em iniciarem-se os vários processos negociais. Esta reivindicação foi já reforçada em 10 de outubro último com um pedido à MCTES de reunião com carácter de urgência, ainda sem resposta. ■



Ninguém Emprega os Investigadores

André Levy
Dirigente Sindical

No dia 29 de setembro, teve lugar a Noite Europeia dos Investigadores (NEI), uma mostra anual de ciência para o público. Um coletivo alargado de organizações — incluindo o SPGL/FENPROF — que tem promovido várias ações de luta, com destaque para a grande manifestação nacional do passado 16 de maio, aproveitaram a ocasião para uma ação de sensibilização contra a precariedade na ciência e pela integração nas carreiras, simbolicamente chamada «Ninguém Emprega os Investigadores - NEI». Durante várias horas em Lisboa, no Museu de História Natural e Ciência — a par de ações similares em Évora e Coimbra —, sócios do SPGL e outros ativistas envergaram

pancartas, distribuíram panfletos e conversaram com os trabalhadores e visitantes da NEI. Estes puderam, assim, não só conhecer a ciência desenvolvida em Portugal, mas também confrontar-se com a dura realidade em que essa ciência é realizada: uma realidade marcada pela precariedade laboral dos investigadores, docentes, técnicos, gestores e comunicadores de ciência e outras profissões associadas. Foram muitas as demonstrações de solidariedade e, particularmente entre os jovens, a preocupação com a falta de perspetivas. Uma situação grave para a qual o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior não tem dado resposta, como revelam a sua inação face ao fim iminente dos contratos a termo ao abrigo do DL57; as insuficiências do novo instrumento «FCT Tenure» (objeto de [parecer por parte da FENPROF](#)); e o definhante financiamento para as Instituições de Ensino Superior e de Ciên-

cia (IESC) na proposta de Orçamento do Estado, que fica longe de poder garantir o acesso às carreiras docentes e de investigação.

As organizações em luta têm como principais reivindicações nesta luta:

1. Financiamento consistente para o emprego científico de doutorados;
2. Financiamento para a integração na carreira de investigação científica;
3. Revogar o Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI);
4. Contratos permanentes para trabalhadores que desempenham funções técnicas, de gestão de ciência e funções próximas;
5. Contratar permanentemente os «falsos» docentes convidados;
6. Pôr fim ao subfinanciamento crónico das IESC;
7. Resolução dos problemas criados pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), repondo a gestão democrática das instituições. ■

5.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação



Mais fotografias

Mais de um milhar de pessoas participaram, no passado dia 30 de setembro, na 5.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação. Número que a torna a prova mais participada das várias edições. Esta é uma iniciativa da FENPROF em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e com a Associação de Atletismo de Lisboa. A corrida teve início às 9:30, com atividades diversas dirigidas a todos, junto ao Centro Cultural de Belém, e três provas: Corrida Novas Gerações (dos 7 aos 15 anos), Marcha (5 Km), de caráter participativo, e Corrida (10 Km), de caráter competitivo.

Fotografias de Joana Rodrigues



Semana Europeia dos Professores

“Não desistiremos de lutar. Porque todos ficarão a ganhar!”

A Semana Europeia dos Professores, que decorreu entre 2 e 6 de outubro, foi assinalada, pelo SPGL e FENPROF, com um diversificado conjunto de ações, que se inscrevem na luta que vem sendo desenvolvida em torno do que foi o próprio mote destes dias: “Os Professores de que precisamos; para a Educação que queremos.”

Aqui destacamos alguns dos momentos dessa semana.



Lígia Calapez
Jornalista

Plenário e concentração de professores e educadores

Centenas de professores e educadores concentraram-se, no dia 3 de outubro, junto à Residência Oficial do Primeiro-Ministro para reclamar as respostas que do Ministério da Educação não surgem. Esta iniciativa, foi promovida pela FENPROF e 8 organizações sindicais.

Na moção, aprovada por unanimidade, elencam-se algumas das reivindicações e problemas mais sentidos. Destacando-se, nomeadamente, que “A carreira docente não foi recomposta, como deveria ter sido, e isso significa uma profunda desvalorização material, com assimetrias que se agravaram com a imposição do DL 74/2023.

“Os professores vêem reduzidas as condições salariais e de progressão na carreira por não lhes ser contado integralmente o tempo de serviço que cumpriram e o fim das vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões, bem como das injustas quotas de avaliação.”

Conferência Dia Mundial do Professor

Em 5 de Outubro, Dia Mundial do Professor, realizou-se, em modelo de videoconferência, a Conferência Internacional “Os professores de que precisamos, para a Educação que queremos”. Uma iniciativa conjunta de nove organizações sindicais (ASPL, FENPROF, FNE, PRÓ-ORDEM, SINAPE, SEPLEU, SINDEP, SIPE e SPLIU), que contou com intervenções de diversos professores, de representantes dessas organizações sindicais e, ainda, de Manuela Mendonça, na qualidade de membro do Comité Executivo da IE, Howard Stevenson, investigador da Universidade de Nottingham e David Edwards, Secretário-Geral da IE.

Inauguração de “A Professora”

O SPGL integrou a comitiva da FENPROF que participou, dia 5 de outubro, no Funchal, na inauguração da estátua «A Professora», da autoria do professor e escultor Francisco Simões. Uma homenagem simbólica do Sindicato dos Professores da Madeira a todos os professores e educadores.

A inauguração desta obra contou com a participação de inúmeros professores e educadores, incluindo dirigentes da FENPROF e dos seus sindicatos.

Greve 6/10/2023

Mais de 80% de adesão, cerca de 90% de escolas sem aulas. Foi este o significativo balanço da greve de dia 6, que encerrou a maioria das escolas.

Na saudação do Secretariado da FENPROF a todos os professores que realizaram e “participaram na primeira greve nacional de grande abrangência em todo país”, lembra-se que “A Escola Pública de qualidade para todos é fundamental para o desenvolvimento da nossa sociedade. A Educação é o alicerce de uma nação, e a Escola Pública desempenha um papel vital nesse processo. Garantir que todas as crianças tenham acesso a uma Educação de qualidade é um imperativo moral e social. E nós, professores, desempenhamos um papel central.”

E conclui-se: “Não desistiremos de lutar por aquilo que é justo e necessário. Porque todos ficarão a ganhar!” ■



Participar ativamente na construção do saber

Os 140 anos d'A Voz do Operário foram pretexto para uma conversa com Bárbara Ramires, Diretora Pedagógica da Escola da Graça, sobre tudo o que torna distinto esta instituição.

Sofia Vilarigues
Jornalista

A primeira pergunta que se impõe, é: o que é que é singular no projeto educativo d'A Voz do Operário?

Para Bárbara Ramires, “tem a ver com os pressupostos de inclusão, de cooperação, de olharmos para o indivíduo não como um aluno, mas como um cidadão, e ter assim uma formação mais ampla, uma formação para além do que são só os conteúdos programáticos”. Procura-se, também, que os alunos participem “ativamente na construção do saber”. E “é eles saberem que para nós sermos alunos d'A Voz do Operário, para ser-

mos cidadãos d'A Voz do Operário, temos que ser cidadãos do mundo”.

Há um cruzamento com o Movimento da Escola Moderna. “Nós somos uma escola em que os princípios se cruzam com os princípios do Movimento da Escola Moderna”, diz Bárbara Ramires. “A Voz do Operário tem como princípios os mesmos pressupostos da autonomia, da cooperação, da inclusão que o MEM segue, mas depois adaptado ao que é A Voz do Operário”.

“Enquanto alunos que queremos uma escola de liberdade, enquanto comunidade que se une”

“As famílias participam muito no dia-a-dia” e há uma aposta em parcerias. Assim se tornam possíveis múltiplas atividades artísticas e atividades ligadas a direitos humanos, à cidadania e ao 25 de Abril, ao mar e ao ambiente...

Estas atividades envolvem “desde a creche até ao segundo ciclo. Como, por

exemplo, na creche há um contador de histórias. No pré-escolar há também uma parte ligada às histórias, que é um clube de leitura, e algumas aulas de expressão dramática, ou de dança. Uma das coisas que eu acho que nós conseguimos, em termos de projeto, é a cidadania ser desde a creche até ao segundo ciclo. No primeiro ciclo, que é onde a expressão é maior, também porque temos 180 alunos aqui na Escola da Graça, há várias atividades. Temos um professor de música, que faz ateliês com alguns alunos, mas são ateliês continuados, não é assim esporádico, há 45 minutos semanais com o professor de música e com o professor titular integrado, dentro do currículo. Há um professor de dança e um professor de yoga. Temos também, por exemplo, cerâmica. E uma pessoa ligada aos direitos humanos, que trabalha connosco, dentro deste projeto de troca de serviços, tem um espaço onde desenvolve a sua atividade de investigação e, ao mesmo tempo, participam nesta investigação duas turmas que estão a fazer um proje-



to com essa pessoa. Ela já está connosco há 5 anos. Ao longo do ano trabalham os direitos humanos e, normalmente, o trabalho culmina com uma sessão de debate aberta à comunidade e às famílias, em que os miúdos estão nas mesas a dinamizar”.

Há uma aposta na continuidade dos projetos. É o caso de um projeto ligado ao mar. “Nós temos um projeto com a Mútua dos Pescadores, suponho que este é o terceiro ano. Começámos por ter um projeto para conhecermos um bocadinho o que é uma Mútua. Para que serve, porque foi criada. Eles vieram cá conversar connosco, o presidente, que foi pescador. E, depois, a Mútua trabalha com artistas plásticos. Os pescadores quando trazem nas redes o lixo, o plástico, aquilo é entregue a esses artistas, que o lavam e vêm às escolas e com os miúdos constroem coisas. Eles construíram sardinhas com materiais que foram apanhados no mar. E esta foi a primeira parte do projeto. Fizemos uma exposição sobre isto. Depois passaram a fazer parte de uma brigada de limpeza de praias. E, na continuação disto, surgiu a questão de conhecermos

as profissões ligadas ao mar. O ano passado estiveram cá várias pessoas, desde uma peixeira, um pescador, um biólogo marinho, um artista plástico, um surfista. Este projeto está ainda em desenvolvimento. Este ano a ideia é irem visitar mesmo uma traineira e irem às praias com algumas destas pessoas que cá estiveram. Normalmente estes projetos não são projetos que ficam presos a um ano. Tentamos que uma ou duas turmas, ou três, ou quando possível mais, consigam fazer um percurso de vários anos. Normalmente quando estão no primeiro ciclo conseguem ter estes quatro anos, ou depois alguns passam para o segundo ciclo. Fazem este acompanhamento e vão abordando cada vez de um modo mais profundo determinado tema”.

Há, também, celebrações. Como os 50 anos do 25 de Abril. “Temos já em cima da mesa uma exposição itinerante. Nós fizemos uma, no ano passado, sobre os 140 anos d’A Voz do Operário. Este ano será sobre os 50 anos do 25 de Abril. Cada escola vai fazer um trabalho, por valência, que seja um resumo dos vários temas que estão relacionados com o 25 de Abril. Esta exposição vai rodar as

escolas todas. Sempre que a exposição muda de escola, há um grupo de uma escola que vai entregar a exposição à outra escola e conhecê-la, fazer este intercâmbio. Vamos participar no desfile da Avenida da Liberdade. Este ano mais organizados enquanto escola. Nós vamos sempre como escola, mas este ano a ideia é fazer aqui sessões de debate, conversas organizadas com os alunos, com as famílias, pais, alunos, avós e também com o centro de convívio dos idosos, fazermos aqui alguns momentos de discussão, do que é a liberdade, dos vários pontos de vista das várias idades. E, em conjunto, vamos fazer uns cartazes, uns pancartes para eles poderem levar para o dia do desfile, com frases suas, e uma faixa d’A Voz do Operário feita pelas famílias com os alunos. De alguma maneira reforçar que é importante participarmos nisto, enquanto alunos que queremos uma escola de liberdade, enquanto comunidade que se une. Vamos também ter aqui um concerto comemorativo, que está a ser organizado com a comissão geral do 25 de Abril, a organização dos festejos da cidade de Lisboa. Depois há todo o mês de Abril,

que normalmente era uma coisa que nós já fazíamos, este ano vamos tentar fazê-lo mais e melhor, que é organizarmos algumas sessões de cinema relacionadas com o 25 de Abril, para várias idades, abertas à comunidade”.

O conselho de cooperação educativa é sempre o elemento-chave

A participação é palavra-chave n’A Voz do Operário. Onde a cidadania se constrói a cada dia, a cada semana.

“Nós acabamos por funcionar sempre em conselhos, em níveis muito diferentes”, diz Bárbara Ramires.

“Temos um conselho que chamamos de conselho de escolas, onde se sentam todos os diretores pedagógicos de todas as escolas. Aqui da Graça, da Ajuda, do Restelo, e da Margem Sul, Lavradio, Laranjeiro e Baixa da Banheira. Neste conselho sentam-se o diretor-geral, os diretores pedagógicos e, com participação não sempre assídua, mas quando nós precisamos, um elemento da direção, que é do pelouro da educação. Nes-

te momento é o Pascal Paulus que faz parte deste grupo. É o conselho que gere toda a instituição”.

Depois, logo a seguir a este conselho, existe o conselho coordenador, “onde estão os mesmos diretores pedagógicos, mas depois está o representante da área financeira, o representante da manutenção, o representante de... todos os serviços que tem A Voz do Operário”.

Existe também um conselho pedagógico, um conselho de professores ou educadores e um conselho de não-docentes, monitores da ATL e auxiliares.

Há um outro conselho que é o conselho de representantes. “Que é o conselho onde está, neste caso na Escola da Graça, eu própria, um representante dos auxiliares e monitores e um aluno de cada turma (1º e 2º ciclos). Nós juntamo-nos de 15 em 15 dias e decidimos e conversamos sobre aspetos que têm a ver com espaços comuns. Biblioteca, centro de recursos, cantina, recreio”.

De onde é que vêm estas questões que cada representante vem trazer? “Vêm do conselho de cooperação educativa. O conselho de cooperação educativa acontece todas as sextas-feiras em todas as

salas. Neste conselho de cooperação educativa faz-se a gestão da vida do grupo”. Há um instrumento que é o diário de turma, “que está nas paredes de cada uma das salas, em que os alunos e os adultos podem escrever coisas que gostam ou gostaram de fazer, que não gostam ou que não gostaram que lhes acontecesse, ou que gostariam que acontecesse, e propostas de coisas que querem fazer, alterações que querem fazer. Isso tem que ser discutido dentro daquele grupo”. Neste conselho, além de se fazer esta gestão da vida da turma, “faz-se também a gestão do percurso individual de cada um dos alunos, do plano individual de trabalho, que eles aqui chamam o PIT”.

O conselho de cooperação educativa “é sempre o elemento-chave”. “E é longo, é sempre uma tarde para isto. E miúdos de 6 anos conseguem estar uma tarde inteira nisto, que é uma coisa que eu acho incrível. Claro que no início do primeiro ano ou num pré-escolar, que eles também fazem, não é uma tarde inteira, mas fazem um conselho mais curto e a planificação é diária”.

A nossa metodologia é maravilhosa. E é preciso estar sempre a melhorar

Teresa Santos, professora e delegada sindical na escola da Graça de A Voz do Operário, dá-nos um testemunho muito particular e vivido da sua experiência profissional e sindical. Num momento em que se comemoram os 140 anos da fundação da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, Teresa Santos falou-nos de como se entrelaçam, na sua vivência, o seu percurso como professora e o percurso de A Voz.

Lúgia Calapez
Jornalista

Para a nossa entrevistada, tudo começou quando ficou desempregada, como muitos outros trabalhadores da Covina, nos anos 80. Trabalhava, então, no Jardim de Infância da empresa. “Já aí tive muita sorte, porque fui parar a uma equipa pedagógica de professoras, de

educadoras, mais velhas que eu, que já trabalhavam em pedagogia ativa.”

“Andei à procura das referências que eu tinha. Referências até de espaço, materiais, forma de pensar, forma de falar. Em pedagogia, claro”, diz. E assim foi bater à porta de A Voz do Operário, na Graça, cujo coordenador era, na altura, Pascal Paulus. Integra, então, a equipa da Escola da Ajuda, onde tinham falta de uma educadora para os tempos livres.

O primeiro contacto com a escola da Ajuda foi marcante. “Fiquei apaixonada, porque, sendo educadora, eu nem queria acreditar. Aquilo era a escola dos meus sonhos. A sala com as áreas de atividade, com barro, pintura, tapeçaria, imprensa. Fiquei maravilhada”. “Desde aí que eu posso dizer que mergulhei na metodologia de A Voz. Com o apoio da equipa com que trabalhava. E, depois, aferia os resultados da minha prática nos congressos do MEM”. “Posso dizer que estes anos todos foi sempre a estudar, foi sempre a procurar, foi sempre a tentar melhorar”, conclui.

Tem de se acreditar nos miúdos. Tem de se acreditar que os miúdos são capazes

No início dos anos 90 — ainda sem licenciatura e mestrado (que concluiria em 2017) — Teresa Martins passa a dar aulas na escola de A Voz do Operário da Graça. “Foi uma grande desilusão. Porque eu estava convencida que na Graça era igual à Ajuda e não era”. Só formalmente se realizavam os Conselhos (na altura chamavam-se assembleias), na verdade só entre educadoras. “Portanto, isto da democracia na escola, tem muito que se lhe diga. O próprio professor tem de aprender”, comenta. “Tem de se acreditar nos miúdos. Tem de se acreditar que os miúdos são capazes. E, quem não tem uma certa rolagem, ainda duvida”.

Optou então por dar o seu próprio exemplo prático. “Eu fazia danças no hall de entrada, fazia teatro, fazia pinturas coletivas. E fazia um Conselho a sério. Com os meninos mesmo ali na mesa”.

Entretanto, com o contributo do rejuvenescimento do corpo de educadoras e professoras e o trabalho de equipa, a evolução nas práticas pedagógicas foi profunda. “Fico muito orgulhosa quando vejo os meus periquitos, como eu costume dizer, no terceiro e quarto ano, no tempo de estudo autónomo, em que eles têm de gerir o que vão fazer, a ir às listas procurar — isto ainda não sei — e, depois irem buscar as fichas, irem treinar”. “Porque eu acho que isso é o motor. É autonomia. É eles saberem



mesmo o que é que têm para aprender. E isto é muito, muito, muito importante”, sublinha.

Teresa Santos destaca ainda o trabalho da atual equipa pedagógica. “É mesmo trabalho cooperativo. Eu diria que é 100%”.

“A nossa metodologia é maravilhosa”, salienta. “Não é uma metodologia só nossa, claro. Mas nós temo-la aprimorado, ao longo desses anos. Todos os professores que se dedicaram à metodologia cooperativa, têm sempre presente que é preciso estar sempre a melhorar”.

A história de A Voz do Operário é um tesouro

A opção por ir para a escola da Graça, teve também a ver com “uma grande curiosidade” pela história da Voz do Operário. “Quería mesmo ir para a sede, para poder investigar, ir para a biblioteca”.

Foi assim que aprendeu a história da Voz do Operário⁽¹⁾. “Que eu acho que é um tesouro”, comenta.

“Como é que pessoas tão maltratadas, como eram os operários da indústria tabaqueira, analfabetos, que viviam miseravelmente — numa assoalhada vivia pai, mãe, avó, toda a família — como é que estas pessoas, nestas condições, conseguiram ver tão longe? Ou seja,

se o meu filho souber ler e escrever, não vai ser explorado como eu. E eu acho que isso, naquela altura, 1883, é um rasgo. É impressionante”. “Daí a minha paixão pela história da Voz do Operário”, conclui.

“Já fizemos vários projetos sobre a história da Voz do Operário”, diz. “Comprei um livro grande, que foi editado por A Voz. E sempre que é o aniversário, em fevereiro, quando vejo que há uma turma que está interessada na história, levo o livro e conto histórias”. Também o jornal da Voz do Operário registou uma significativa transformação (para a qual Teresa Santos deu o seu contributo). “O que eu fazia era levar trabalhos dos alunos para o gabinete onde estava a jornalista, de forma a que a escola estivesse presente no jornal. Que houvesse textos dos meninos, que houvesse trabalhos. Porque o jornal não tinha nenhum espaço para a escola. Agora já tem. Agora o nosso jornal tem lá as referências todas, da abertura do ano letivo, das festas que vamos fazendo”.

O difícil trabalho sindical

Teresa Santos já acumula, pelo menos, três mandatos como delegada sindical. Um trabalho que está longe de ser fácil. “No seu percurso de vida, há colegas que ainda não tiveram tempo ou oportunidade para perceber a importância do sindicato”, considera.

No contexto de A Voz do Operário, o seu principal objetivo é “consciencializar as minhas colegas que não é por estarem numa IPSS que estão desfasadas daquilo que se passa no ensino público em Portugal”.

Assim, enquanto delegada sindical, “o meu trabalho é mesmo consciencializar de que, lá porque estamos de alguma forma protegidos — não se tem que correr aos concursos, não tem de andar de mala às costas, que é uma grande diferença —, não podemos deixar de ser solidários com os outros colegas”.

Entretanto, “a participação dos nossos professores na luta é de 100%”.

“O trabalho de um delegado sindical é uma arte”, conclui. ■

(1) <https://www.avozdooperario.pt/index.php/a-voz-do-operario/historia>



Manifestação pela Habitação

Jorge Humberto
Dirigente Sindical

Escola Pública afetada pela crise na habitação

No passado dia 30 de setembro, o SPGL esteve presente na manifestação pela habitação, lutando contra a crise atual, que se reflete negativamente na vida dos professores e na qualidade da escola pública. A ausência de respostas para este problema, faz com que muitos professores deslocados tenham de ter uma segunda habitação, seja um quarto ou casa partilhada, deixando a família para trás e, no fundo, tendo que pagar para trabalhar. A falta de professores está relacionada com a incapacidade de muitos profissionais poderem aceder a aluguer nas zonas onde a especulação é mais feroz, nomeadamente em Lisboa, Setúbal e Faro, levando a

que muitos alunos não tenham aulas ou a que muitos docentes degradem a sua qualidade de vida para trabalhar.

Esta situação desmotiva os jovens, que poderiam ingressar na carreira, mas que recusam ter de partilhar quartos e casas caríssimos, sem falar nos professores que já abandonaram uma carreira estrangulada sem perspetivas. Por todos eles estivemos na rua, solidários com o movimento “Casas para Viver”, exigindo políticas de apoio aos docentes deslocados, alojamento acessível, redução das distâncias de colocação, bem como o acesso a habitação pública. ■

Manuel Guerra
Dirigente Sindical

A Constituição da República Portuguesa consagra que «Todos têm direi-

to, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.» (artigo 65.º, ponto 1). No entanto, a realidade em Portugal é outra, com milhares de homens e mulheres, crianças e jovens, a serem confrontados com a privação do direito constitucional à habitação.

A situação vivida pela população, residente e trabalhadora em Portugal, no acesso e na manutenção de uma habitação digna, bem como de todas as pessoas que estando numa situação mais vulnerável já perderam o acesso a este direito fundamental, é crítica e reclama respostas do governo. Respostas que enfrentem de forma determinada a especulação imobiliária e os interesses da banca e se traduzam em mais habitação pública e no aumento dos salários e valorização do trabalho. ■



Professores pela Paz, contra a Guerra!

No dia 29 de outubro, durante a tarde, milhares de pessoas saíram à rua em defesa da Paz, por uma Palestina independente.

Saindo do Martim Moniz em direção à Praça do Município, em Lisboa, crianças e jovens, homens e mulheres manifestaram-se na ação promovida pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses/Intersindical Nacional (CGTP-IN), pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e pelo Movimento Pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM), cuja convocatória foi apoiada por dezenas de organizações,

incluindo o SPGL.

Já na praça do município, apresentado por Fernando Jorge, Pedro Gamboa fez leitura de um poema e Sebastião Antunes cantou duas músicas em defesa da paz. As intervenções das organizações promotoras foram feitas por Ilda Figueiredo, do CPPC, Carlos Almeida, do MPPM, Isabel Camarinha, da CGTP-IN, e ainda por Rui Estrela do movimento Vida Justa, subscritor da manifestação, e por Dima Mohammed, palestina e professora em Portugal.

Em todas as intervenções foi afirmada a profunda necessidade de prosseguir a luta pela paz no Médio Oriente e pelos direitos do povo da Palestina. A moção

“1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da humanidade.”

Constituição da República Portuguesa, Artigo 7.º, Relações internacionais

lida e aprovada reafirmou as reivindicações da manifestação e marcou o caminho para a continuação de iniciativas em defesa da Paz e dos direitos do povo da Palestina.

Juntamente com milhares de manifestantes, professores, educadores e investigadores, integrados na comitiva do SPGL, manifestaram a sua defesa inequívoca pela paz, contra a guerra! Paz sim, guerra não! ■

Manifestação Vida Justa

No seguimento da iniciativa realizada em fevereiro deste ano, ocorreu no passado dia 21 de outubro, do Rossio até à Assembleia da República, em Lisboa, nova Manifestação por uma Vida Justa.

Como afirmou a organização esta «(...) é uma manifestação que pretende dar voz à população mais explorada, mais precária, mais oprimida, mais periférica e invisibilizada, e é uma manifestação que luta pelo bem-estar geral, por uma sociedade igualitária, justa, não preconceituosa, que valorize o trabalho e os salários, que reconheça direitos iguais para toda a gente, que defenda o acesso à habitação, a um ambiente são, à saúde, à educação, aos transportes, à cultura, ao espaço público, que defenda uma vida digna para toda a gente.»

Uma vez mais, a exigência de uma vida justa contou a forte mobilização de professores, educadores e investigadores, integrados na comitiva do SPGL/FENPROF que participou no bloco da manifestação dedicado ao Trabalho/Organizações Representativas dos Trabalhadores.■



Jornada de luta promovida pelo MURPI



Bráulio Martins
Dirigente Sindical

No passado dia 27, o Departamento dos Professores e Educadores Aposentados do SPGL respondeu positivamente ao apelo feito pela Inter-Reformados da CGTP-IN, de que fazemos parte, para participarmos na jornada de luta promovida pelo MURPI – Confederação Nacional de Reformados Pensionistas e Idosos.

O lema – “Envelhecer com direitos e dignidade” - articula-se com o nosso – “Uma aposentação digna”.

No tempo em que o Governo está a preparar a discussão do OE na AR no próximo dia 15 de novembro, tornou-se necessário manifestarmos o nosso descontentamento relativamente às respostas que tem dado às nossas necessidades e, consequentemente, às nossas reivindicações, nomeadamente:

— O aumento das pensões considerando o aumento do custo de vida e a contínua escalada dos preços dos bens e dos serviços essenciais;

— A defesa das funções sociais do Estado e dos serviços públicos essenciais que continuam sob intenso ataque, por via do continuado desinvestimento e subfinanciamento, pela desvalorização dos salários e carreiras e falta de recursos humanos, com especial destaque para Escola Pública e para o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Só pela luta podemos alterar a situação em que nos encontramos. Foi precisa uma forte denúncia relativamente às manipulações do Governo feitas o ano

passado, para que aplicasse a fórmula de atualização, quando em democracia a aplicação da lei é apenas uma obrigação. Lembremos - substituiu a Lei 53-B/2006, a lei de atualização das pensões, pela Lei 19/2022 e a subsequente Portaria 24-B/2023, aproveitando a maioria absoluta. Enquanto com a lei existente os aumentos oscilavam entre 8,6% e 7,3%, com a nova lei os aumentos oscilaram entre 4,8% e 3,9%, praticamente pouco mais de metade daquelas a que teríamos direito. Para além disso com o Decreto-Lei n.º 28/2023, o Governo procedeu a nova atualização das pensões, ao considerar um aumento intercalar de 3,57%, a partir de julho, que não respeitou o já ocorrido a partir de janeiro, não o integrando na base das pensões para efeitos do novo cálculo, deste modo o respetivo aumento não atingiu os 8,6% a que tínhamos direito.

Vamos continuar a lutar e contamos convosco.■



FENPROF
**ENCONTRO
NACIONAL**

2.º E 3.º CICLOS
DO ENSINO BÁSICO
E ENSINO SECUNDÁRIO

10 de novembro 2023

As condições e horários de trabalho

Uma reflexão que continua necessária. Uma exigência que continua prioritária

António Anes
Vice-Presidente do SPGL

Sob o lema “O exercício da profissão e as condições de trabalho no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário”, a FENPROF vai realizar um encontro sobre o exercício da profissão destes setores de ensino e das condições e horários de trabalho.

O exercício da profissão e as condições de trabalho destes setores têm vindo a deteriorar-se ao longo dos últimos anos. Os horários dos professores têm-se transformado em cargas excessivas de trabalho (letivo e não letivo), ultrapassando em muito as 35 horas semanais legais. Tal foi confirmado por um inquérito feito pela FENPROF, há cerca de sete anos, aos docentes do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário, cuja perceção se traduziu em mais de 46 horas reais de trabalho. Estes abusos e ilegalidades foram claramente empolados, pelo menos desde 2018, por alguns diretores que, treslen-

do e interpretando de uma forma abusiva o despacho 10-B sobre a organização do ano letivo, têm construído horários que constituem uma sobrecarga do trabalho dos docentes. Constituem exemplos claros desta realidade: as horas para reuniões regulares não estarem incluídas na mancha horária dos docentes, o apoio a mais do que a um aluno e as coadjuvações não serem considerados componente letiva. Embora algumas escolas tenham recuado, designadamente na integração das reuniões na componente não letiva de Estabelecimento, fruto de uma greve ao sobretrabalho, muitas outras continuam com tais abusos e ilegalidades.

A este propósito convém recordar que, em reunião pedida pela FENPROF ao Ministério da Educação, o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, agora Ministro, concordou em clarificar, por escrito, as escolas, sobre essas situações. Mas, limitou-se a uma Nota à Comunicação Social sobre o Despacho de Organização do Ano Letivo em 4 de julho 2018, onde essas questões foram esclarecidas, mas, infelizmente, nunca realmente assumidas, pois o ME nunca fez a prometida informação para que os diretores, em todas as escolas, construíssem manchas horárias consistentes, sem abusos nem ilegalidades.

É, pois, neste contexto que a FENPROF decidiu organizar um encontro, onde os

professores possam refletir e analisar o exercício da sua profissão e, consequentemente, propor melhorias nas condições e horários de trabalho.

Optou-se por um encontro dividido em duas partes:

Na parte da manhã, refletir sobre algumas medidas mais recentes de política educativa que o ME tem proposto e que têm implicações no exercício da profissão e, claro, nas condições de trabalho dos docentes. Selecionaram-se dois temas: a flexibilidade curricular e a substituição dos programas por aprendizagens essenciais; e a formação de professores e a falta de professores. Convidámos, para nos auxiliarem nesta reflexão, o professor Licínio Lima da Universidade do Minho e a professora Manuela Esteves da Universidade de Lisboa.

Na minha opinião o ME terá perdido a oportunidade de, sobre estas duas matérias, ter contribuído para uma melhoria do sistema educativo português. Mas terá hipotecado as duas. Sobre a decisão, por exemplo, de terminar definitivamente com os programas substituindo-os pelas aprendizagens essenciais, retira aos docentes um instrumento importantíssimo na organização e planificação das atividades educativas, quando, na minha perspetiva, deveriam coexistir. Já sobre a alteração da formação inicial dos professores, surgindo excessivamente ligada à resolução da falta

de professores, o ME transforma uma medida que poderia ser muito positiva na melhoria da formação inicial, num significativo retrocesso no que respeita à sua qualidade, quer na componente científica quer, e sobretudo, na componente pedagógica.

Na parte da tarde do Encontro, iremos refletir mais em concreto sobre os horários de trabalho e aprovaremos uma carta reivindicativa destes setores de ensino.

Sobre os horários e outras condições de trabalho (n.º de turmas, n.º de alunos por turma, n.º de níveis a lecionar, carga burocrática...), resolveu-se inquirir novamente os docentes destes setores de ensino. Um inquérito cujos resultados serão apresentados no Encontro, para que possam ajudar a orientar as nossas reivindicações nestas matérias.

Sobre o exercício da profissão docente, em pluridocência, destes setores de ensino, gostaria de destacar que não é uma tarefa mais facilitada em comparação com a monodocência, como alguns teimam insistentemente referir. Terá outras especificidades.

Exemplifiquemos: O n.º de turmas que, nos casos mais dramáticos, pode chegar a mais de 20, corresponderá um total de alunos de cerca de 500! Não, não estou a exagerar. É a realidade de algumas disciplinas que têm uma carga horária semanal de uma hora letiva. Mas se, gradualmente, formos aumentando o n.º de horas semanais de outras disciplinas, verificaremos que esse número de alunos baixará apenas para 400, 300, 200... Mesmo assim representará sempre um elevado n.º de alunos que sobrecarregará o trabalho que um professor, destes níveis de ensino, terá na planificação das aulas, na sua lecionação, nas avaliações das aprendizagens, designadamente n.º de testes sumativos, no desgaste psicológico que o contacto com tantos alunos e respetivos problemas, obviamente acarretará.

Enfim, interessa-nos refletir e propor ao ME o que terá de ser feito para dar as condições de trabalho, com horários dignos, que possibilitem o melhor exercício da profissão. O que não pode nem deve acontecer, é continuar-se a abusar da vida dos docentes, desregulando, ao nível do absurdo e ano após ano, os seus horários de trabalho. ■

FENPROF

ENCONTRO NACIONAL

2.º E 3.º CICLOS
DO ENSINO BÁSICO
E ENSINO SECUNDÁRIO

Escola Secundária Camões

10 NOVEMBRO | LISBOA

**O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO
E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

PROGRAMA

- 9:30 |** Receção aos participantes
- 10:15 |** Sessão de Abertura
José Feliciano Costa | Presidente do SPGL
- 10:30 |** 1.ª Sessão: A autonomia e flexibilidade curricular | Licínio Lima | Universidade do Minho
- 11:00 |** Debate
- 11:45 |** 2.ª Sessão: A formação (ões) de professores e a falta de professores
Manuela Esteves | Universidade de Lisboa
- 12:15 |** Debate
- 13:00 |** Pausa para almoço
- 14:30 |** 3.ª Sessão: Horários e condições de trabalho
Apresentação das conclusões do **Inquérito sobre horários e condições de trabalho** aos professores dos 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário
- 15:00 |** Debate
- 15:45 |** 4.ª Sessão: Apresentação da **carta reivindicativa: Horários e condições de trabalho dos professores dos 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário**
- 16:15 |** Debate
- 17:00 |** Votação da **carta reivindicativa**
- 17:15 |** Sessão de encerramento
Mário Nogueira | Secretário Geral da FENPROF



Greve Nacional da Administração Pública

Empobrecer a trabalhar não é Justo!



Augusto Figueiredo
Coordenador MSU

No dia 27 de outubro, trabalhadores da Administração Pública Central, Regional e Local (Frente Comum) manifestaram a sua profunda indignação através da elevada adesão à greve verificada nos mais variados sectores. Jardins-de-infância, escolas básicas e secundárias, universidades e politécnicos, assim como lojas do cidadão, tribunais, espaços de recolha de resíduos sólidos urbanos, transportes, autarquias ou hospitais (em serviços mínimos) estiveram sem funcionar ou viram a sua atividade afetada.

É à Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, entidade que envolve vinte e nove estruturas sindicais, que compete a negociação, por

exemplo, da valorização dos salários, do salário mínimo para a função pública, dos aumentos intercalares, do subsídio de refeição, da revogação do SIADAP com o fim da quotas e das vagas, da recuperação de todo o tempo de serviço, dos horários que respeitem as 35h, da aposentação aos 36 anos de serviço (quarenta anos, no imediato), do valor do pagamento das horas extraordinárias, do fim da precariedade, da regulamentação e aplicação do suplemento de insalubridade e risco, da reposição do valor das contribuições da ADSE, sobre os doze meses, da reposição dos 25 dias de férias e as respectivas majorações e muitas mais que estão na PRC24 - Proposta Reivindicativa Comum para o ano 2024, aprovada por consenso por todas as estruturas sindicais integrantes onde se inclui o SPGL e a FENPROF.

Até ao momento realizaram-se quatro reuniões com o Governo, incluindo a suplementar realizada a pedido da Frente Comum e cujos resultados práticos da negociação não respondem às necessidades mínimas dos trabalhadores e da Administração Pública!

Os professores, educadores e investigadores, integrantes do conjunto dos trabalhadores da Administração Pública, mais os restantes trabalhadores dos sectores público e privado têm sofrido

com esta política de empobrecer a trabalhar concretizada pelos governos do PS, com o beneplácito de PSD/CDS, da Iniciativa Liberal e do Chega, pois não aumentam desde logo os salários de forma a cobrir o brutal aumento do custo de vida.

Lutam contra estas políticas porque não criam condições para uma vida digna, porque não respeitam, nem reforçam direitos, não valorizam o trabalho e os trabalhadores e não reforçam as funções sociais do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa! A luta, com todos os trabalhadores, é o caminho!

Já estão agendadas mais ações de protesto e luta, que vão acontecer durante a discussão na Assembleia da República do Orçamento de Estado para o ano de 2024, com o objetivo claro de forçar o governo do PS a inverter as políticas de empobrecimento. Destaca-se a manifestação nacional da CGTP-IN a 11 de novembro, em Lisboa e no Porto, e a ação de Professores a 13 de novembro, aquando da presença do ministro da Educação na Assembleia da República para a discussão do orçamento para a Educação.

Vamos à luta com ânimo e certos que a razão e os direitos que reivindicamos estão do nosso lado. Todos contamos. ■

**PELO DIREITO À
EDUCAÇÃO**



INTERSINDICAL NACIONAL

**LUTA GERAL
PELO
AUMENTO DOS
SALÁRIOS!**

11

**LISBOA | 15H
PRÍNCIPE REAL**

**PORTO | 11H
PRAÇA DA REPÚBLICA**

Novembro
manif nacional

**PELO AUMENTO DOS SALÁRIOS E PENSÕES
CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA**

**PELO DIREITO À HABITAÇÃO
PELO DIREITO À SAÚDE**



José Feliciano Costa
Presidente do SPGL

Educar para a Paz

Intervenção da FENPROF no III Encontro pela Paz organizado pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação em conjunto com diversas organizações sociais, no dia 28 de outubro de 2023, em Vila Nova de Gaia

A Educação para a paz é todo o processo de promoção de conhecimentos, competências, atitudes e valores necessários para criar mudanças nos comportamentos, que permitam às crianças, aos jovens e às pessoas adultas prevenir conflitos e violência, tanto explícitos como estruturais, resolver os conflitos de forma pacífica e criar as condições propícias à paz, seja a nível interpessoal, intergrupar, nacional ou internacional.

Por isso, a Escola tem que argumentar em favor de uma educação para a paz, para a compreensão da interdependência e do respeito entre os povos e as nações, de forma a que seja possível a convivência tranquila e harmônica entre todos.

A Escola, tem que educar todos os seus alunos para a convivência internacional, para a liberdade e, por sua vez, desenvolver o espírito crítico e a habilidade do contínuo questionamento. Essa é a missão da Escola, da Escola Pública que queremos, da Escola de Abril, da Escola que tem de criar condições para que os valores sejam aprendidos, através de vivências de cidadania.

Da Escola que tem de ser democrática nas suas prá-

ticas, nas suas vivências. Educa-se para a paz, como se educa para os valores. Aqui, por mais belos que sejam os discursos, estes não constituem a estratégia mais eficaz para inculcar os valores nas crianças, sobretudo se as ações de quem os profere não forem congruentes com as palavras. O mote do “faz o que eu digo, mas não faças o que eu faço” tem pouca ou nenhuma eficácia educativa.

A educação para os valores, faz-se, antes de tudo o mais, através do exemplo, ou seja, mediante comportamentos consistentes e congruentes com os valores defendidos.

Não existem circunstâncias, nada justifica, em momento algum, a opção pela guerra, que provoca sempre, mas sempre, milhares de vítimas inocentes.

A FENPROF reafirma, agora, o que sempre disse quando o mundo se confronta com este ou com qualquer outro conflito, seja na Palestina, no Sahara Ocidental, no Líbano, na Síria, no Iraque, no Afeganistão, na Ucrânia ou em qualquer outro local. O caminho para a resolução de problemas só pode ser o da Paz. É urgente pôr fim a esta escalada bélica em curso.

Portugal tem que, obrigatoriamente, dar o seu

contributo para que assim seja, de acordo com a sua Constituição, e no respeito pela Carta da ONU.

Em todo o mundo, são vários os povos, e os países, que sofrem agressões quotidianas, ou porque o seu território se encontra ocupado, ou porque são vítimas de bloqueios económicos, ou porque são usurpados da sua soberania.

Estas formas de violência política e económica, acompanhada sempre da força bruta das armas, são injustas para os povos que as sofrem, que não têm nunca capacidade para lhes resistir e assim poderem, eventualmente, alterar o rumo dos acontecimentos. O mundo tal como se apresenta hoje, com a instituição de modelos neoliberais capitalistas, o que tem feito é aumentar cada vez mais o fosso entre ricos e pobres, sejam eles países, povos ou sociedades. Este fosso, cada vez maior, gera tensões, que mais não visam do que impor uma nova ordem, onde potências imperialistas e potentados económicos se arrogam no direito de decidir sobre os destinos do mundo, sejam eles de natureza política, económica, social ou cultural.

A tudo isto a FENPROF, manifesta profundo repúdio, por todas as formas de

opressão e de repressão, designadamente as dirigidas contra os povos, contra os trabalhadores.

Denunciamos o uso, hipócrita, da defesa dos direitos humanos, como pretexto para justificar intervenções e ocupações militares por potências imperialistas.

Manifestamos todo o nosso apoio ao martirizado povo palestino, mas também ao povo *saharai* e a todos os povos que sofrem com a guerra e com a opressão.

Pugnamos pela liberdade, por um mundo melhor, mais justo, mais solidário e pacífico, um mundo que coloque o enorme potencial científico e tecnológico, que hoje o Homem possui, em benefício de toda a humanidade.

Como disse José Saramago, “A única revolução realmente digna de tal nome seria a revolução da paz, aquela que transformaria o homem treinado para a guerra em homem educado para a paz porque pela paz haveria sido educado. Essa, sim, seria a grande revolução mental e, portanto, cultural, da Humanidade. Esse seria, finalmente, o tão falado homem novo.”

Viva o Encontro pela Paz-Viva a Resistência por um mundo melhor. ■



1.º Congresso da CPLP-SE

Realidades distintas, a denúncia comum do ataque à Escola Pública

• *Lígia Calapez*

Com o lema — Inovar, Intervir e Fortalecer — realizou-se, em Amarante, entre 19 e 21 de outubro, o 1.º Congresso da Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa - CPLP-SE. O Congresso contou com a participação da FENPROF.

Numa síntese dos 3 dias de trabalhos, José Costa, presidente do SPGL, resumiu o conteúdo dos três eixos em que se centraram os debates.

1.º Eixo — Os sistemas educativos e

a profissão docente. Objetivo: balanço, em cada um dos países da Confederação, dos seus sistemas educativos e dos problemas da carreira docente e dos restantes trabalhadores da Educação. Nomeadamente, as reformas e mudanças nas políticas educativas; a administração e organização do sistema educativo; o financiamento; as condições de ensino aprendizagem; a descentralização; os currículos; a carga horária; apoios. Em relação à profissão docente: as condições de acesso; a formação; a progressão na carreira; a ADD; remuneração e benefícios e a Representação Sindical e respeito por estas estruturas representativas dos professores.

Num quadro de realidades muito distintas (mesmo dentro de cada país e de

região para região), nalguns casos com níveis de pobreza assinaláveis, ressaltou um denominador comum: o ataque à Escola Pública, e às carreiras dos profissionais da Educação.

2.º Eixo — Reflexão sobre a CPLP-SE. Objetivo: refletir sobre a autonomia e capacidade financeira da CPLP-SE; a comunicação interna e externa; a formação sindical; as parcerias; a elaboração de propostas comuns de políticas públicas; a representação dos interesses da profissão, entre outras questões.

3.º Eixo — Definindo o futuro da CPLP-SE - Ações prioritárias. O debate apontou várias linhas de força, nomeadamente a ação prioritária a desenvolver, por forma a consolidar e potenciar a ação da CPLP-SE. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9129
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•**Caldas da Rainha**
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•**Torres Vedras**
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•**Abrantes**
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•**Santarém**
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•**Tomar**
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•**Torres Novas**
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•**Setúbal**
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Telef.: 265 228 778
Fax: 265 525 935
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•**Barreiro**
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•**Almada**
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

Dirigentes Responsáveis pelo acompanhamento de escolas 2023/2024

- Escolas do ME da Região de Lisboa
- Escolas do ME da Região do Oeste
- Escolas do ME da Região de Santarém
- Escolas do ME da Região de Setúbal
- Educação Especial
- Outros Estabelecimentos Público
- Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias

Reuniões Sindicais | 1.º Período 2023/2024

REUNIÕES SINDICAIS	LISBOA	Consulte aqui
REUNIÕES SINDICAIS	SANTARÉM	Consulte aqui
REUNIÕES SINDICAIS	SETÚBAL	Consulte aqui
REUNIÕES SINDICAIS	OESTE	Consulte aqui



XII Congresso da União dos Sindicatos do Distrito de Santarém

SPGL participou no XII Congresso da União dos Sindicatos do Distrito de Santarém (CGTP-IN), que se realizou, no dia 31 de outubro, na cidade do Entroncamento, sob o lema "Com a força dos sindicatos | + salário | contra a precariedade | valorizar os trabalhadores no distrito!". ■

XIII Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa



Assembleia de Delegados Sindicais do Distrito de Lisboa, reúne descentralizadamente no dia 2 de novembro de 2023, entre as 16 e as 18 horas, na sede do SPGL na Rua Fialho de Almeida nº 3, em Lisboa, e na Delegação sita no Bairro Vila Morena, Edifício Sol Jardim, Loja 3, 2º Piso, Lote 2, em Torres Vedras, para Eleição de 4 delegados ao XIII Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa (CGTP-IN). ■

Informação do Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Organização - constituição e funcionamento do DA-SPGL

- Comissões Regionais do Departamento:

Lisboa: - Isabel Gaspar (Coordenadora), Manuel Vasconcelos, Maria Helena Gonçalves, Silvia Baptista, José Fontan.

Oeste: Bráulio Martins (Coordenador), Manuel Micaelo.

Setúbal: Almerinda Bento (Coordenadora), Maria Felizarda Barradas, João Trigo, Joaquim Gonçalves, José Caçador.

Santarém: Everilde Pires (Coordenadora), Maria Beatriz Bueri Martinho.

- Em reunião de 26/9 foi eleito o Coordenador do Departamento, Bráulio Martins.

Eleição dos elementos do SPGL para a Comissão Coordenadora do Departamento de Docentes Aposentados da FENPROF

O Departamento de Docentes Aposentados da FENPROF tem como objetivo reforçar e melhorar a participação, a integração e a representação dos professores e educadores aposentados na FENPROF. Tem dois órgãos:

- A **Comissão Permanente** que tem por funções articular e dinamizar, no âmbito dos docentes aposentados, a atividade da FENPROF decidida pelos seus órgãos nacionais (Conselho Nacional e Secretariado Nacional), e será composta pelo Coordenador do Departamento e pelos Coordenadores do Departamento/ Comissão de trabalho de cada Sindicato;

- A **Comissão Coordenadora** tem por funções acompanhar, orientar a atividade desenvolvida pelo Departamento e aprovar recomendações para o trabalho

futuro. Esta Comissão é constituída pelos membros da Comissão Permanente, os membros do Conselho Nacional da FENPROF que são aposentados, e os elementos indicados pelos Sindicatos, até um máximo de 20, a distribuir proporcionalmente de acordo com a sua representatividade e eleitos nos termos estabelecidos em regulamento aprovado pelas direções sindicais e ratificado pelo SN da FENPROF.

O SPGL terá como representantes nesta Comissão:

- Por inerência: o Presidente do Sindicato, os dirigentes aposentados membros do Conselho Nacional da FENPROF, o Coordenador do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL;

- E mais 8 representantes do SPGL que, conforme regulamento aprovado na Comissão Executiva, serão nomeados do seguinte modo: 4 elementos indicados pela Direção e 4 elementos eleitos pelos sócios aposentados.

A eleição dos 4 elementos será feita, por votação em lista, no ato eleitoral que se realizará no dia 5 de dezembro de 2023.

Para votar, os sócios aposentados do SPGL têm à sua disposição duas modalidades: votação por **correspondência** ou voto **presencial** nas mesas de voto a divulgar pela direção do SPGL.

Todos os sócios aposentados irão receber uma carta do SPGL contendo os seguintes documentos necessários para o voto por correspondência: **uma credencial, um boletim de voto, um envelope branco e um envelope de remessa livre (RSF) que não carece de selo.**

À data de fecho desta edição ainda está a decorrer a fase de regularização das listas apresentadas. Mais informações serão divulgadas oportunamente em www.spgl.pt. ■

A magia da Rota da Seda cumpriu-se



• Dolores Parreira

Levando a cabo mais uma iniciativa de enriquecimento cultural, o Departamento de Professores Aposentados realizou uma viagem em que a curiosidade por culturas diferentes e o conhecimento dos seus valores e crenças foram plenamente satisfeitos. Dado o interesse desta viagem houve muitos colegas e amigos interessados, pelo que tivemos de nos organizar em dois grupos, num total de 67 participantes. Começando por Tashkent, capital do Uzbequistão, passando por Khiva, Bukhara, Shajrisyabz e terminando na esplendorosa e deslumbrante cidade de Samarcanda, a viagem permitiu-nos conhecer a beleza e grandiosidade de edifícios, monumentos, mercados, mesquitas, madraças, espaços reveladores de uma cultura rica cheia de interesse e beleza. Instalados em hotéis de grande conforto e qualidade, com refeições em restaurantes também muito bons, fizemos uma viagem agradável em que o convívio alegre e interessante entre professores permitiu um reforço da amizade entre todos.

Numa breve anotação cultural foi referido o romance “Samarcanda” de Amin Maalouf, obra centrada na Rota da Seda e considerada «um dos melhores romances históricos de sempre», um livro que pretende mostrar uma via para o entendimento entre culturas, um dos fatores que tornam esta nossa viagem também pertinente e relevante. Foi ainda lembrada a ação da comunidade de leitores no nosso Sindicato “O Meu Livro Quer Outro Livro”.

Que haja Paz no mundo e todos tenhamos saúde para podermos continuar a enriquecer afetiva e culturalmente, é o que desejamos. ■

ESPAÇO António Borges Coelho (Galeria SPGL)

Artistas

- Alexandra Paramés
- ↳ Gonçalo Rabalais
- Luís Rosa
- ↳ Mafalda Teixeira
- Maria Carolina Pereira
- ↳ Marta Diagues Santos
- Magdalena Seidenspinner
- ↳ Marco Soares
- Pedro Rostrio Nunes
- ↳ Pedro Antunes Figueira
- Pedro R. Nogueira
- ↳ Rui Costa
- Rui Barroso
- ↳ Stefano Melis
- Talita Azevedo

Exposição de Finalistas do Curso Profissional de Fotografia

Lisboa - 2020/22

É com enorme prazer que o Instituto Português de Fotografia (IPF), em parceria com o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, anunciam a exposição de fotografias, na Galeria do SPGL, dos trabalhos finais dos formandos do curso profissional de fotografia do IPF. Este momento expositivo representa o culminar e o resultado de um processo intenso, trabalhoso, com enorme dedicação e de muita aprendizagem, ao longo de dois anos, de todos os envolvidos. Esta parceria só vem dignificar este momento, que marca a passagem de uma fase didática formal para o mundo profissional e artístico, da parte dos formandos recentemente formados, com a apresentação dos seus trabalhos finais do curso.

Curadoria: Carlos Álvares

Local: Espaço António Borges Coelho (SPGL)
R. Fialho de Almeida 3, Lisboa

Datas: Inauguração: 10 de Novembro de 2023 às 19h00
Encerramento: 23 de Dezembro de 2023

Horário: Aberto de segunda a sexta-feira das 10h00 às 18h00



Conhecer o pintor modernista português, Lino António

O Departamento de Aposentados do SPGL apresenta na sessão de "O Meu Livro Quer outro Livro", no dia 23 de novembro, às 16h30min, no Auditório da sede do sindicato, a obra "Sol de Inverno".

A dinamização estará a cargo de quem conviveu e trabalhou com Lino António e da autora do conto, Elisa Saraiva. ■

Legislação

I Série

• Portaria n.º 290/2023

Acumulação de prestações com pensão de invalidez, aposentação, velhice ou sobrevivência

Portaria n.º 310/2023

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS e a FEPCES - Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e

Serviços e outros

Decreto-Lei n.º 94/2023

Altera o regime específico de seleção e recrutamento de docentes do ensino artístico especializado da música e da dança designadamente alargando-o aos docentes das artes visuais e dos audiovisuais

II Série

• Despacho n.º 8671/2023

Approva as redes de cursos do ensino

português no estrangeiro da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, para o ano letivo de 2023/2024, e do Ensino Superior e Organismos Internacionais, para o ano letivo de 2023/2024 e 2024

Parecer n.º 5/2023

Parecer sobre a proposta de alteração ao regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário

Proteção da deficiência visual do pessoal docente

Após um conjunto de textos relacionados com os regimes jurídicos estritamente dirigidos à atividade profissional do pessoal docente este texto do “Escola Informação” tem um objetivo que, na minha opinião, tem toda a relevância para os destinatários em causa por se reportar ao regime especial de proteção na invalidez de docentes que são considerados absoluta e permanentemente incapazes para o exercício das suas funções por serem portadores de graves patologias (neste caso o da hipovisão - deficiência visual), não só no âmbito do regime da Segurança Social como também no regime de proteção social convergente.

Este regime especial de proteção na deficiência visual em causa encontra-se tutelado pelo Decreto-lei nº 18/2023, de 3 de março que regulamentou finalmente o regime de antecipação da idade de acesso à reforma por velhice para pessoas com a referida deficiência.

Assim e como resulta do quadro legal que tutela esta matéria, os docentes que se encontram na situação em causa podem a partir do supra referido quadro legal, desde que tenham 60 anos de idade a partir de 1 de janeiro de 2023 e pelo menos 15 anos de contribuição para sistema de prestação social (regime geral da Segurança Social e de proteção social convergente para quem se encontre inscrito na CGA, ou detenha o seguro social voluntário) requerer a antecipação de idade de acesso à pensão de velhice, desde que tenham, pelo menos, **80% de incapacidade** e também **15 anos de contribuições** para um destes sistemas de proteção social durante o período em que é detentor da mesma, independentemente de não ter 15 anos seguidos, e mesmo que não tenham atestado de incapacidade multissuado durante todo esse período.

Do supra referido diploma legal resulta ainda que quem se reforme no âmbito deste novo regime não vai ter qualquer penalização por antecipação

da respetiva idade nem por aplicação do fator de sustentabilidade.

Contudo, o mesmo quadro legal não permite, neste caso, o exercício de qualquer atividade profissional (nem no âmbito de um contrato de trabalho nem num âmbito de um contrato de prestação de serviços).

O quadro legal ora em questão faz ainda um alargamento.

De facto, é importante referir que, o que se deseja e prevê é que os objetivos supra referidos e tutelados pelo supra mencionado D.L. nº 18/2023 também devem abranger, não só pessoas cegas como todas as pessoas com deficiências já que, não sendo abrangidas pela supra tutela (por não alcançar 80% de percentagem de incapacidade) acabam por ter que enfrentar um profundo desgaste profissional.

Constatou-se, contudo, que a CGA (Caixa Geral de Aposentações) não tem dado o merecido reconhecimento judicial relativamente a questões relacionadas com a proteção do pessoal docente, no âmbito da respetiva à deficiência visual a que se reporta o supra referido Decreto-lei nº 18/2023 que **regulamentou finalmente** o regime de antecipação da idade de acesso à reforma por velhice para pessoas com a referida deficiência.

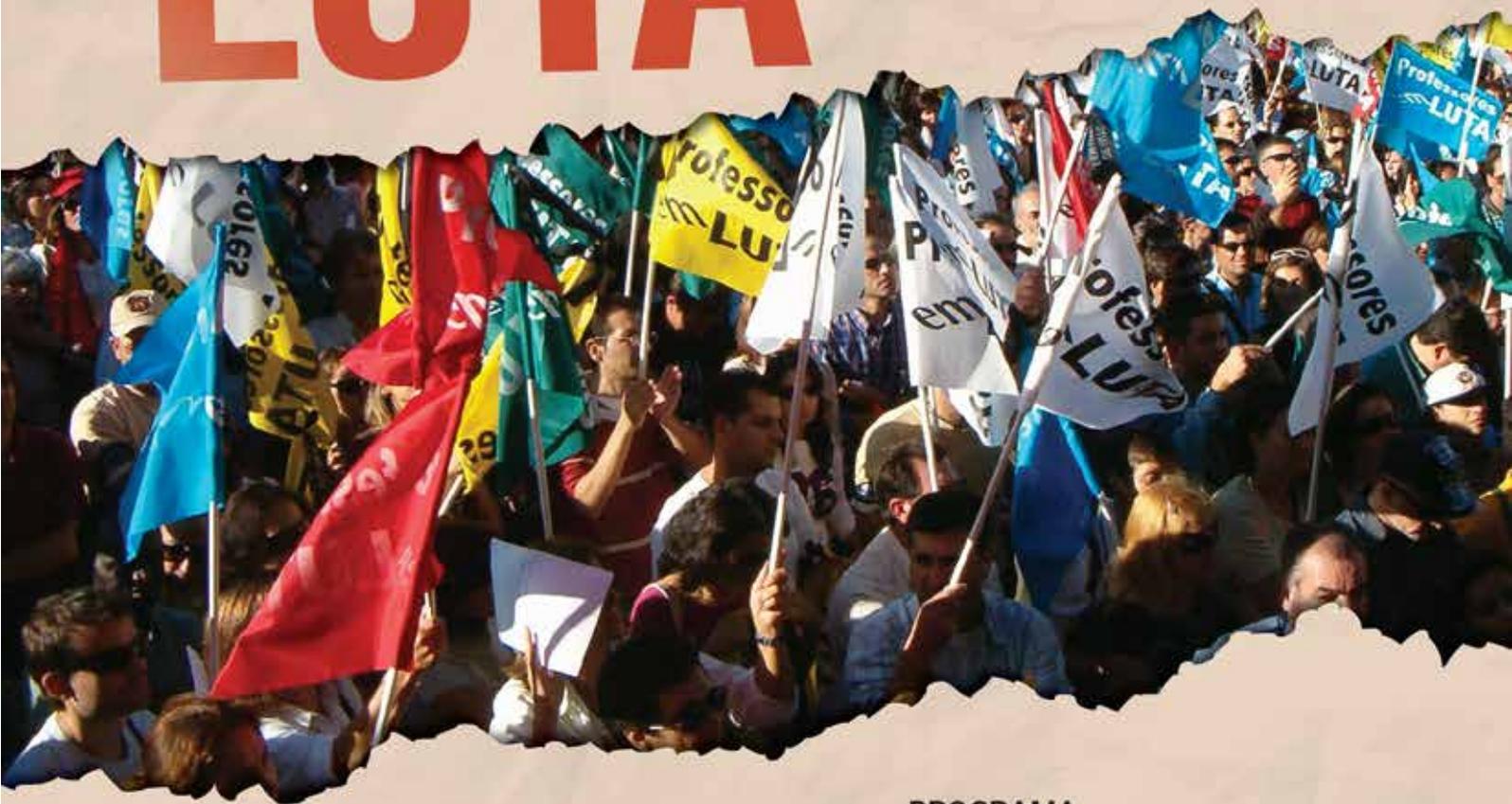
Finalmente, há que referir que a ACAPO se disponibiliza, não só para ajudar sobre dúvidas relacionadas com o novo quadro legal supra referido, como também os que se encontram em situações de desgaste profissional relacionadas com a questão da deficiência visual, designadamente no que diz respeito ao novo quadro legal supra identificado.

Para quaisquer esclarecimentos adicionais sobre a matéria em questão poderão os sócios do SPGL nestas circunstâncias recorrer ao Gabinete de Apoio a Sócios e aos serviços jurídicos do mesmo. ■

GRANDE JORNADA DE LUTA

13 NOV
**SEGUNDA-
FEIRA**

No dia em que o ministro da Educação
estará na Assembleia da República
para o debate sobre o Orçamento
para a Educação



**João Costa vai defender
o indefensável.
Nós vamos exigir
o necessário!**

*Porque é necessário defender
a Profissão e a Escola Pública,
a Luta continua nas Escolas e na Rua!*

PROGRAMA

14H00 – Concentração de Professores
frente à Basílica da Estrela

14H30 – Desfile em direção
à Assembleia da República

15H30 – Concentração em frente
à Assembleia da República

Justificação de falta: Lei do Trabalho em Funções
Públicas – proteção da ação sindical (participação
em plenários e reuniões)



Transportes:
Os sindicatos asseguram o transporte
de fora de Lisboa (inscrição junto de cada
sindicato da respetiva região)

